

Diário do Legislativo de 16/07/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas do dia trinta de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira, Presidente da TELEMAR, que prestará informações sobre a existência de planos de expansão que visem a atender à crescente demanda para instalação de novas linhas telefônicas, principalmente no interior do Estado, e apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente informa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a quem foram distribuídas: Projetos de Lei nºs. 209/99, no 1º turno, e 333/99, no 2º turno, ao Deputado Arlen Santiago; 331/99, no 1º turno, ao Deputado Sebastião Navarro Vieira. A Presidência transforma a 1ª parte da reunião em reunião especial para ouvir o convidado acima citado. É dada a palavra ao Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que motivou o convite, para tecer suas considerações iniciais. A seguir, a Presidência registra a presença dos seguintes funcionários da TELEMAR: Sra. Heleni de Mello Fonseca, Diretora de Negócios; Paulo de Tarso Barbosa Passos, Assessor de Comunicação Social; Mário Ribeiro Amaral, Relações Públicas, Pedro Paulo Taucce, Assessor de Imprensa, e Sheila Maria Brant, da Área de Coordenação. Com a palavra, o Sr. Ivan Ribeiro para fazer sua explanação sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença do Deputado Fábio Avelar (substituindo o Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB). Passa-se a fase dos debates e fazem uso da palavra os Deputados Arlen Santiago, Doutor Viana, Chico Rafael, Sebastião Navarro Vieira e Fábio Avelar, cada um por sua vez, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada a fase de debates, o Presidente agradece a presença do Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira e dos demais participantes e suspende a reunião por 5 minutos para os cumprimentos formais. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Registra-se a presença do Deputado Márcio Kangussu. Com a palavra, o Deputado Chico Rafael, relator, para o 2º turno, do Projeto de Lei nº 20/99, de autoria dos Deputados Durval Ângelo, Maria Tereza Lara e Rogério Correia, o qual emite seu parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Arlen Santiago, relator, para o 2º turno, do Projeto de Lei nº 333/99, de autoria do Governador do Estado, emite parecer que conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei nº 204/99, de autoria do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, profere o seu parecer pela aprovação da matéria com as Emendas nºs. 1, 3 e 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs. 5 a 7 da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Colocado o parecer em discussão e votação, é ele aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposição da Comissão. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago apresenta requerimentos solicitando que se convide o Secretário de Estado da Segurança Pública, para prestar informações sobre a política de segurança no Estado de Minas Gerais, dando ênfase especial ao funcionamento do DETRAN, e informar qual o critério adotado para credenciamento das clínicas prestadoras de exames psicotécnicos; solicitando que se convide o Secretário de Estado da Fazenda, para fazer explanação geral sobre a situação atual em que se encontra a dívida pública do Estado, dando ênfase ao montante dos recursos financeiros que vêm sendo seqüestrados pelo Governo Federal, bem como o crescimento vegetativo da folha de pagamento de seus funcionários; solicitando que se convide o Diretor-Presidente e o Superintendente da GUIATEL, para prestarem esclarecimentos sobre as mudanças efetuadas na estrutura do catálogo da Lista Telefônica do Norte de Minas, bem como as falhas ocorridas em sua nova forma de apresentação; solicitando que seja convidado o Presidente da Cia. Telefônica CANBRA, a fim de prestar informações sobre os planos dessa empresa para o Estado de Minas Gerais, com vistas à instalação de telefonia fixa. Colocados em votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. Com a palavra, o Deputado Fábio Avelar apresenta requerimento solicitando a realização de um debate público sobre o contrato de concessão do serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a COPASA-MG. O Presidente informa que irá receber e colocar em votação oportunamente o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Sargento Rodrigues - Ermano Batista - Doutor Viana.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/7/99

O Deputado Marco Régis* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes que nos honram com a sua presença nas galerias da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, gostaríamos de abordar aqui, nesta tribuna, na tarde de hoje, dois temas que podem parecer ser muito distantes.

Gostariamos de falar da Carta de Alfenas, que brotou do seio do Plenário, na última segunda-feira, nessa cidade, quando da realização de uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa, tão bem presidida pelo nosso nobre colega Deputado Cabo Morais; e da delegação parlamentar mineira ao encontro de Paris. Pode parecer-lhes que os temas estão muito distantes. Um se relaciona a Paris, ou seja, ao Primeiro Mundo, e o outro, a nossa querida Alfenas, da minha região sul-mineira, ou seja, ao Terceiro Mundo. Acredito que haja um paralelismo entre os assuntos que iremos tratar, porque a Comissão de Meio Ambiente, atendendo a requerimento de nossa autoria e do meu bravo e dileto companheiro do PMDB, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, marcou a reunião para aquela cidade sul-mineira. Alfenas é cidade de grande densidade estudantil, não apenas pela presença da EFOA antiga, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - que, neste ano, comemora 85 anos de existência e que é uma universidade pública federal - como também pela presença importante da Universidade de Alfenas, que congrega uma quantidade sem par de unidades, levando lá uma grande quantidade de estudantes, vindos de

São Paulo, Bahia, Goiás e tantos outros Estados. Alfenas foi palco de uma reunião importante da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

Gostaríamos de enaltecer a presença dos demais membros da Comissão, como o Deputado Antônio Roberto, do PMDB; o Deputado Fábio Avelar, do PSDB; e dos autores do requerimento, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e eu, mas, também, a presença do grande companheiro e grande promessa, nesta legislatura, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é da cidade de Ouro Fino, além da Deputada Federal Maria Elvira. Compareceram também expositores de grande capacidade e elevada estirpe intelectual, como Aureliano Chaves, ex-Governador do Estado, ex-Vice-Presidente da República e ex-Ministro de Minas e Energia; o Secretário de Estado de Minas e Energia Paulino Cícero, ex-Ministro de Minas e Energia; o Almirante da Marinha Brasileira, com 34 anos de serviços prestados às nossas Forças Armadas, Almirante Ernane Goulart Fortuna; o Dr. Agenor Matos, técnico Presidente do ILUMINA, que é uma entidade de desenvolvimento da área de energia elétrica, representada por técnicos dessa área; o Secretário de Estado do Meio Ambiente Tilden Santiago; o Secretário de Estado do Planejamento Manoel Costa; representantes da CEMIG; além de vários Prefeitos. Destacamos, também, a presença do Prefeito anfitrião Hesse Luís Pereira, da cidade de Alfenas; dos Prefeitos das cidades de Cabo Verde, Guapé, Carmo do Rio Claro, Doloresópolis, Passos; do Presidente da Câmara de Três Pontas, representando o Prefeito dessa cidade; e Prefeitos de tantas outras cidades; de Vereadores; Presidentes de Câmaras Municipais; de uma parte do segmento dos sem-terra da cidade de Campo do Meio; de um grande contingente de pescadores daquela região; de estudantes universitários de Alfenas, representando a UBES de Belo Horizonte e de Santa Luzia, e de algumas dezenas de estudantes da minha cidade, Muzambinho, representando a Escola Estadual Prof. Salatiel de Almeida e a Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho. Realmente, foi um sucesso essa audiência pública, realizada em plena segunda-feira, às 13 horas, ou seja, em um momento não propício à realização de qualquer evento dessa natureza, visto que era horário de trabalho. Estão aqui os Deputados da Comissão de Meio Ambiente, Cabo Morais e Fábio Avelar, para corroborar o sucesso dessa audiência pública de Alfenas, que, por mais de 5 horas, manteve no Sindicato Rural de Alfenas, local onde se realizou, um público de mais de 200 pessoas, com vivo interesse e participação, manifestando repúdio ao desejo do Governo Federal de privatizar o complexo de Furnas, porque esse procedimento não significa apenas a transferência do domínio da energia elétrica para o capital internacional. Há algo mais grave em jogo, ou seja, a transferência do domínio das águas. Como diz aquela célebre poesia "Um passeio com Maiakovsky", se hoje você permite que entrem em seu jardim e pisem em suas flores; amanhã vão pisar no seu jardim e roubar as suas flores; no outro dia, irão matar o cachorro que vigia o seu jardim; e, depois, cortar-lhe-ão a garganta. A privatização de Furnas não representa apenas a entrega da energia elétrica, pois, amanhã, eles dominarão as águas do rio Grande, o grande rio mineiro, junto com as do Paranaíba. Além disso, muitos perderão a possibilidade da pesca artesanal, que serve de sobrevivência para tantos; da pesca profissional e da prática de esportes, como a motonáutica. Além disso, há o problema da conservação das matas ciliares que preservam o lago de Furnas do assoreamento, da despoluição do lago, da irrigação e muitos outros vinculados à água, que deverá ser um dos graves problemas da humanidade nos próximos séculos. O Brasil é detentor de um grande potencial de águas, e Minas Gerais é o segundo Estado da Federação, depois do Amazonas, não podendo permitir as atitudes desse Governo entreguista, sem discernimento, refém do FMI. Esse Governo não tem autoridade moral para privatizar mais nada, pois o que foi privatizado não foi suficiente para manter esse Estado mínimo neoliberal, que disse ter o interesse de preservar funções essenciais como saúde, segurança pública e educação. O dinheiro das privatizações saiu pelos ralos do desperdício e não amortizou a dívida externa nem a interna. Esse Governo teve a dívida pública elevada de US\$65.000.000.000,00 para US\$400.000.000.000,00 e viu sua dívida externa subir de pouco mais de US\$100.000.000.000,00 para quase US\$300.000.000.000,00, ou seja, não tem autoridade para vender mais nada no País.

Em outra oportunidade, farei um requerimento à Presidência da Assembléia, para que incorpore a Carta de Alfenas nos anais da Assembléia Legislativa e, também a declaração dos mineiros da delegação parlamentar mineira, no encontro de Paris, promovido por uma ONG que cuida da discussão de temas como o das privatizações e o do exercício do capital especulativo no mundo. Vamos fazer isso em forma de requerimento, para que possamos dar a palavra ao companheiro Fábio Avelar, dentro de 1 minuto, para que possa corroborar a parte do nosso discurso referente aos acontecimentos de Alfenas. Antes, quero vincular a Carta de Alfenas, que é contra a privatização de Furnas, a essa declaração de Paris, de uma delegação presidida pelo nobre e dileto colega, o Presidente Anderson Aduato. Além dele, outros colegas lá compareceram: os Deputados Edson Rezende, Rogério Correia, Carlos Pimenta e Cabo Morais. Tenho a certeza de que, a despeito das críticas sobre o pagamento ou não das despesas dos Deputados por esta Casa - o que pouco importa neste momento -, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi a Paris fazer prevalecer a voz dos mineiros, daqueles que representamos nesta Casa Legislativa, dizendo para o mundo que Minas Gerais também tem voz, que Minas Gerais não compactua com a atual ordem mundial, perversa e dominadora por parte dos países mais ricos, o Grupo dos 7, que, por conveniência, incorpora um país como a Rússia, em decadência econômica, mas que tem um grande arsenal e um grande efetivo militar. Por isso, foi incorporado ao G-7.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Marco Régis. Gostaria, mais uma vez, de cumprimentar V. Exa. e o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira pela brilhante iniciativa da realização, em Alfenas, daquela audiência pública, que possibilitou um amplo debate em toda a região, com a presença de mais de 400 pessoas, entre lideranças e representantes de todos os segmentos da sociedade, que se reuniram naquela cidade para debater a privatização de Furnas. Tivemos a oportunidade de constatar uma revolta generalizada contra esse processo, que, se efetivado, será um crime contra a soberania do Brasil.

Portanto, Deputado Marco Régis, gostaria de testemunhar o sucesso daquele encontro em Alfenas, onde tivemos a oportunidade de ouvir várias lideranças locais, pessoas que entendem do assunto. Gostaríamos de repetir uma frase que V. Exa. sempre diz: não basta ser contra, é preciso agir. Portanto, é isto que precisamos fazer: precisamos unir os nossos esforços a fim de evitar que Furnas seja privatizada. Meus parabéns a V. Exa., ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e ao Deputado Cabo Morais, que tão bem conduziu aquele nosso encontro, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis* - Obrigado, Deputado Fábio Avelar, pois suas palavras somam-se a tudo que falamos. Portanto, agradecemos muito não só a sua intervenção, mas, também, a sua participação em Alfenas.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Marco Régis, também gostaria de cumprimentar V. Exa. pela oportunidade do tema que é trazido ao debate, nesta tarde. Esse tema é sempre atual. Na época em que o Brasil era colônia - embora, no meu entendimento, nunca tenha deixado de ser - de Portugal, a quinta parte do ouro que se podia mensurar era levada para esse país. Hoje, perdemos muito mais com os juros da dívida externa. O FMI, Deputado Marco Régis, foi criado no pós-guerra, congregando mais de 150 países, para equalizar a economia do mundo, mas acabou se prestando ao papel de leão-de-chácara do G-7. Ele é o defensor dos interesses do G-7 e continua espoliando o Brasil mais que quando éramos colônia de Portugal. Não concordo que estejamos sendo dirigidos por uma filosofia neoliberal. Acho que no Brasil não existe gerenciamento neoliberal, mas um gerenciamento neocolonial. Estamos sofrendo os efeitos de um neocolonialismo que se caracteriza por uma dominação financeira, por uma espoliação financeira muito mais perversa que aquela que sofríamos quando não éramos independentes, quando éramos colônia de Portugal.

Porque os efeitos estão claros: hoje, o que os países do Terceiro Mundo repassam para os países mais ricos é muito mais do que era repassado anteriormente - e o FMI tem total culpa nesse processo. Então, o tiro saiu pela culatra. Deixamos de ser colônia de Portugal, para ser colônia do FMI. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis* - Muito obrigado por suas palavras, com as quais concordamos amplamente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, há vários anos assistimos, na Assembléia Legislativa, à ação da Comissão de Direitos Humanos na defesa dos direitos, contra a violência policial e os abusos de autoridade praticados pela polícia. Tem merecido muita atenção nesse trabalho a cidade de Raposos, pois, nos últimos dois anos, chegaram-nos várias denúncias dessa cidade. Essas denúncias tiveram seu cume no ano passado, com o assassinato de um jovem, por torturas policiais. Mas recentemente também recebemos várias denúncias de violência e arbitrariedade praticadas pela Polícia Militar nesse município.

O que é triste nessa história - para esse ponto chamo a atenção de todos os Deputados - é que o Governador Itamar Franco assumiu compromisso, em sua campanha e em seu discurso de posse, com uma polícia comprometida com a cidadania e com uma segurança pública que realmente levasse em conta os direitos dos cidadãos, mas, neste período de seis meses, comparado aos seis meses do início do ano passado, houve um aumento de 90,5 das denúncias de arbitrariedade e de violência policial. Depois que assistimos ao vídeo de Raposos, que será exibido agora - já pedindo à assessoria para providenciá-lo -, para que todos possamos vê-lo, vou demonstrar quais são as causas dessa violência policial no Governo Itamar Franco. V. Exas. vão poder perceber que essa violência teve seu cume há uma semana, com o abuso de autoridade e arbitrariedades contra o Diretor da TV Bandeirantes, Sr. João Salles, e dois amigos, que praticavam trilha nesse município. E houve uma manifestação, que será mostrada pela TV Assembléia, à qual compareceu o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado João Leite, e para a qual também fomos convidados, mas não pudemos comparecer, porque naquele dia estávamos no Município de Santo Antônio do Monte, por causa de compromisso previamente agendado. Nessa manifestação, aconteceu um absurdo: os policiais denunciados apareceram ostensivamente, alguns à paisana, e os carros da imprensa foram multados, o que também é absurdo. No ano passado, repórteres do jornal "Hoje em Dia" foram ameaçados de morte por policiais, naquela cidade, quando cobriam violência policial. Então, o jornal "Hoje em Dia" e a TV Bandeirantes sofreram diretamente essa ação da polícia. Vamos passar à projeção do vídeo, que terá a duração de 9 minutos e 56 segundos, e logo em seguida farei os comentários.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Podemos ver que os relatos falam por si. Quando uma senhora, enfermeira, diz que não deixa seu filho adolescente sair à noite por medo, não dos bandidos, mas da polícia, isso é a

barbárie. Eu havia dito que tivemos um aumento da violência de 90,5% neste primeiro semestre do Governo Itamar Franco. Evidente que a causa disso pode ser a violência generalizada que estamos tendo, na sociedade, pelo desemprego, mas acho que hoje o Comando da PM perdeu a direção. É necessário se repensar o Comando. Na última greve, tivemos a quebra do pacto da disciplina da PM. O regimento foi rasgado. É necessário que seja feito, imediatamente, um novo regimento disciplinar da PM, que é a reivindicação dos policiais militares, agora, para que realmente prevaleça o novo império das lei. Hoje, o atual Comando da PM, que foi contra a anistia, contra a autonomia do Corpo de Bombeiros, não tem condições de conduzir esse processo.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que estamos com um documento assinado por 72 Deputados pedindo providências ao Governador, ou seja, solicitando o afastamento dos policiais, inclusive do próprio Comando de Nova Lima, que responsabiliza também o 22º Batalhão, ao qual os policiais são subordinados. Três Deputados, usando o direito democrático, não quiseram assinar, e os Deputados José Milton e Sebastião Navarro Vieira estão viajando; acredito que se os dois aqui estivessem, com certeza, também assinariam.

Mas quero fazer uma denúncia gravíssima de um fato acontecido em Raposos ontem à noite. A Polícia Militar anunciou que iria fazer uma audiência pública nessa cidade. E sabem os senhores o que o Comando da Polícia Militar fez ontem à noite? Foram à Prefeitura reunir-se com o Prefeito e com os Vereadores, sem a população. Quero denunciar que tive a informação segura de que há uma hora o Sr. Prefeito disse que não tem nenhum problema com a Polícia Militar naquele município e que isso é fofoca de dois ou três moradores da cidade.

Quero denunciar o Prefeito, que era um ex-Vereador, despachante na cidade e sempre teve esquemas com a Polícia Civil e com a Polícia Militar para soltar bandido e proteger marginal.

O Prefeito está falando de algo em que ele foi cúmplice, como despachante que foi na cidade. É lamentável que o Prefeito e a Polícia façam uma audiência pública somente com os Vereadores. Isso mostra que as críticas que fazemos à Polícia Militar têm fundamento.

Vamos entregar, hoje, esse manifesto ao Governo do Estado e vamos pedir... A reunião de ontem é um sinal claro de que a Polícia Militar e o atual Comando não têm autoridade para resolver problemas de violência no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, caros colegas parlamentares, volto a esta tribuna por imperativo da responsabilidade, por terem os colegas me escolhido para presidir a Comissão de Defesa do Consumidor da Casa, e para comentar com os colegas e com a sociedade mineira a mudez da telefonia fixa interurbana em Minas Gerais e no Brasil. Essa mudez, meus caros colegas parlamentares, é absolutamente injustificável, porque o que inspira a privatização de um serviço público é precisamente a expectativa de sua utilização. Aliada, é verdade, à capitalização necessária do serviço público, dos cofres públicos nesta época de vacas magras.

Há outra inspiração - também é verdade que existe e que deve nortear a privatização -, qual seja a incompetência do Estado para se meter a empresário. A figura do Estado-empresário não deu certo em lugar nenhum, nem no mundo comunista nem no mundo socialista. O Estado deve cingir-se à missão de reger a economia e entregar os setores de produção à iniciativa privada.

Essa tem sido uma prática - ainda há pouco, falávamos sobre essa postura do Estado - do neoliberalismo, que contesto, e não concordo em que estejamos dirigidos por uma filosofia neoliberal. Já disse muito antes, neocolonial.

Mas essa mudez, meus caros colegas, já tinha assolado Minas Gerais, Belo Horizonte especificamente, quando um fúsel da TELEMAR da Praça Milton Campos explodiu. Em Belo Horizonte, cerca de 90 mil telefones ficaram mudos por quase 4 horas consecutivas, causando prejuízos incalculáveis a vários segmentos da população. Isso motivou uma audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa. Aliás, uma audiência muito feliz, que foi conjugada com a de igual finalidade da Câmara dos Deputados, de Brasília.

Pela primeira vez na história desta Casa, tivemos a honra impagável de receber uma comissão da Câmara dos Deputados para discutir um tema de interesse de nosso município, de nosso Estado. E, a quatro mãos, travamos essa discussão, que poderia ter rendido esclarecimentos maiores à sociedade de Belo Horizonte e de Minas Gerais, não fora a ausência deliberada do Presidente da ANATEL, Sr. Renato Guerreiro, que nos enviou um documento por fax, pelo qual dizia que não compareceria à audiência, mas que já havia tomado todas as providências necessárias ao restabelecimento da normalidade das comunicações em Belo Horizonte.

Percebemos, poucos dias depois, que essa regularização, efetivamente, não ocorreu. O que ocorreu foi exatamente o contrário, ou seja, o agravamento de uma situação ao limite do insuportável. Há quem diga que a ANATEL esteja mancomunada com a TELEMAR, com a TELEMIG Celular, com a TELE NORTE-SUL, com a TELE CENTRO-SUL, com a "tele não-sei-o-que", enfim com todas essas empresas que foram privatizadas, porque a qualidade do serviço caiu vertiginosamente, mesmo diante do compromisso firmado contratualmente de otimizar o serviço, de preservar a figura do trabalhador e, de resto, preservar também o direito do usuário do serviço, o direito do consumidor.

Além disso, o Código de Defesa do Consumidor assegura a ininterrupção do serviço público. Esse serviço não pode ser interrompido, sob pena de se fazer, obrigatoriamente, uma indenização aos segmentos que se viram prejudicados. Mesmo no caso da interrupção, da mudez dos telefones, ainda que não haja uma culpa formada e firmada dessas "teles", a indenização há que se fazer, não só por determinação do Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, mas também por causa de decisões judiciais já exaradas, que determinam o ressarcimento, o reparo dos danos provocados a quem efetivamente os experimentou.

As "teles", a partir das privatizações, meteram-se numa propaganda maciça. Cansamos de ver o Edgard e a Norma nas propagandas, em vez de mensagens educativas, ensinando ao usuário do serviço a maneira através da qual teria acesso ao serviço, a partir do último sábado. Fizeram verdadeiros programas humorísticos, tais como os três "DDDs", aqueles gordinhos que tiram a roupa em frente à televisão, rebolando para o consumidor, que não prestaram informação, não somaram serviços, nenhuma utilidade tiveram para o consumidor, já que não trouxeram informação efetivamente útil. Os "DDDzinhos" dizem que uma ligação interurbana era mais barata do que um copo de cerveja ou um sanduíche, falando: "liga prá lá, senão eu choro." E qual foi o serviço que os "DDDs", os "Edgarzinhos ou Normas" prestaram ao consumidor brasileiro, ao usuário do serviço de telefonia? Nenhum. Em momento algum foi dito ao usuário que deveria colocar "0" antes das ligações interurbanas. E como houve congestionamento, o usuário veio a ser responsabilizado.

Pergunto quais foram os usuários que passaram a ligar de maneira inadequada e a resposta seria: todos. Uma meia dúzia, consistindo em exceção, fez a ligação corretamente. A maioria ligou equivocadamente porque não recebeu a informação necessária. Do ponto de vista contratual, essas "teles" estavam obrigadas a disponibilizar para a população de nosso Estado e do País todas as informações necessárias a fim de que o serviço não entrasse em colapso. O Código de Defesa do Consumidor, que vigora no Brasil desde 1990, é um código do Primeiro Mundo, um presente elaborado nos moldes do Primeiro Mundo e ofertado a um País do terceiro Mundo, como é o Brasil. Precisamos veicular, de maneira efetiva, as disposições desse código para que o consumidor receba a proteção que a legislação lhe confere. O Sr. Renato Guerreiro, Presidente da ANATEL, não compareceu ao evento e não disse quais foram as providências tomadas com relação ao "apagão" que houve em Belo Horizonte. E não está dizendo coisas acertadas em relação à mudez geral da telefonia interurbana fixa no Brasil. Deveria aplicar a penalidade que rezam os contratos feitos por imposição dos editais de licitação, que chegam até R\$400.000.000.000,00 e podem ser aplicadas à TELEMAR e a outras. Várias companhias estão operando no Brasil, que foi esquartejado, loteado, e a elas entregue, e elas, por voracidade do lucro, determinaram este estado de coisas. Em Minas Gerais, fez-se demissão em massa na TELEMAR. O Presidente da TELEMAR, que esteve nesta Casa, por ocasião da audiência externa, confessou abertamente, com todas as letras, haver demitido mais de mil pessoas na companhia.

E o compromisso era exatamente o contrário - era fazer mais contratações que pudessem melhorar a qualidade dos serviços prestados. Fez demissões, e há suspeitas de que tenha feito contratações para beneficiar estrangeiros e lhes atribuir os melhores cargos, os cargos que dão os maiores salários.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Quero parabenizá-lo, Deputado João Paulo, por trazer esse assunto à tribuna. Essa questão das privatizações das telecomunicações já deu o que falar, há até um movimento para a instalação de uma CPI no Congresso Nacional, pelos grampos ao Presidente, apontando a interferência dele próprio para que um determinado grupo ganhasse.

Sabemos que por trás disso houve de tudo. Foi prometido pelo Presidente Fernando Henrique que essas privatizações significariam um avanço na telefonia no Brasil, que o serviço seria melhorado, e prometeram até que diminuiriam os preços. Hoje vemos que tudo isso não passou de uma farsa, que é a farsa do processo de entrega do Brasil ao capital financeiro internacional.

V. Exa., que está fazendo um bellissimo papel na Comissão de Defesa do Consumidor, levanta o assunto numa hora oportuna para esta Casa porque, evidentemente, é uma hora em que todos os tucanos "fecham o bico". Parabéns a V. Exa.!

O Deputado João Paulo - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. A intervenção de V. Exa., sob a forma de aparte, vivifica o nosso pronunciamento e a luta de todos nós: da sociedade mineira, da sociedade brasileira, do consumidor brasileiro contra a voracidade do desejo de lucros.

Veja bem, nobre Deputado. Este documento que tenho em mãos é simplesmente o edital de convocação da TELEMAR, veiculado nos jornais de hoje, chamando seus acionistas para fazer um aumento de capital. Isso aqui é uma confissão de quem, tendo assumido o serviço na semana passada, não estava preparado. Esses empresários não estavam preparados para dar a resposta que a sociedade exige, e a falta de investimento mostrou-se, confessada aqui no edital. Este jornal é de hoje, e está aqui o edital de convocação dos acionistas da TELEMAR para aumentar em R\$35.000.000,00 o seu capital. Sabemos que o objetivo, pelo menos, é este: possibilitar a melhoria do serviço que já tinha sido anunciado quando se fez a privatização.

Houve um erro, e esse erro é hoje objeto de uma contenda entre os Ministros da Comunicação e da Justiça, que de maneira acertada e competente intervêm nessa questão e dizem: o órgão máximo de defesa do consumidor neste País é o Ministério da Justiça, ao qual encontram-se subordinados a Secretaria de Direito Econômico e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Com toda propriedade, ele faz essa intervenção em favor do consumidor.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Obrigado, Deputado João Paulo. É importante o seu pronunciamento, porque antes se dizia que a privatização seria para melhorar o serviço, para avançar tecnologicamente, mas o que temos vivido e sentido na pele, tecnicamente, é o contrário.

Além disso, a título de cooperação, temos a informação de que poucos meses antes de ser vendido o sistema telefônico, foram investidos na TELEBRÁS US\$5.000.000,00, para a compra de novos telefones e novos terminais.

Veja bem: vai-se vender a empresa, e são injetados ali US\$5.000.000,00. Depois, o que se consegue de ágio nessa empresa, segundo Aloysio Biondi anunciava ontem, o Governo pretende transformar em isenções fiscais para as empresas estrangeiras que compraram as nossas empresas públicas brasileiras. Veja, Sr. Deputado, aonde estamos chegando com esse modelo, não vou falar neoliberal, mas de entrega total do nosso capital público e também privado ao setor estrangeiro.

O Deputado João Paulo - É neocolonial, nobre Deputado.

Já vou encerrar, Sr. Presidente, mas não gostaria de fazê-lo sem antes fazer uma recomendação à população, ao consumidor mineiro, ao consumidor brasileiro. Quem tomou algum prejuízo com a mudez dos telefones do Estado de Minas Gerais, por gentileza, o mais rapidamente possível, levante as provas e as encaminhe à TELEMAR, para obter as indenizações.

Ela veio aos meios de comunicação, Sr. Presidente, dizer que estava disposta a indenizar. Para indenizar na justiça não precisava dizer isso. Então, queremos saber, a Comissão de Defesa do Consumidor quer saber, se a TELEMAR, de fato, vai indenizar por decisão administrativa pacífica os prejudicados por essa mudez na telefonia interurbana em Minas Gerais e no Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia, temos muitos assuntos para tratar aqui, infelizmente.

O Deputado Durval Ângelo trouxe a situação de Raposos. Tivemos oportunidade de estar lá no domingo, ouvindo as reclamações da população sobre as arbitrariedades e as violências. A Assembléia Legislativa recebe, hoje, uma comissão de trabalhadores que ocuparam as terras da Fazenda Beirada, em Manga. Eles vieram denunciar a violência policial e as arbitrariedades. Relatam, no documento trazido à Assembléia Legislativa: "No dia 29 de junho, mais de 30 policiais militares, fortemente armados, invadiram o acampamento Novo Plano, acompanhados de um Oficial de Justiça e de empregados do latifundiário que custeou a operação. Todos os barracos foram incendiados, inclusive com os poucos pertences dos camponeses. Quem botou fogo foi o Sarg. Veloso, da Florestal, denunciado pelos trabalhadores rurais de Manga por acobertar exploração ilegal de madeira e carvão." Eles denunciam ainda que dois companheiros se encontram presos. Esta é a situação que estamos vendo: os trabalhadores indefesos no Estado de Minas Gerais. O Deputado Durval Ângelo denunciou um aumento de quase 100% na violência. Esses são dados do Governo, trazidos por um Deputado da base governista, o Deputado Durval Ângelo.

Quero tratar de uma outra situação muito grave para Belo Horizonte, que é a construção das cadeias. Mas vou falar posteriormente sobre isso.

Vou abordar outro assunto rapidamente, que está na mídia hoje. É a jogada de "marketing" do Governo. A princípio era o orçamento participativo, que atropela a Constituição do Estado de Minas Gerais, que fala em audiência pública. Antecedendo a audiência pública, é necessário que o Governo do Estado encaminhe para a Assembléia o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que não está aqui ainda. E esse Governo fala em orçamento participativo. Vamos rasgar a Constituição do Estado para fazer o orçamento participativo. Será 1% para ele. Tivemos a experiência lamentável, no último Governo, de discutir e não serem encaminhados os recursos. Agora vamos participar de discussões para destinar 1% para todo o Estado de Minas Gerais.

Há agora outra jogada de "marketing" do Sr. Governador, que é o lançamento da loteria para angariar fundos para a bolsa-escola em Minas.

Sabem quem irá vender essa loteria? Os professores e os estudantes serão utilizados para vender a loteria do Estado de Minas Gerais. Na manhã de hoje discutimos a possibilidade de os professores e o pessoal da área de saúde do Estado, contratados, que estão há 20, 25 e 27 anos no serviço, terem o direito à indenização, ao 13º salário e às férias. Agora, além da base governista ter mantido o veto do Governador, não tivemos a oportunidade de mudar isso. Apesar de os trabalhadores falarem que determinado Deputado iria votar a favor deles e que o outro era voto garantido para o trabalhador, os tais Deputados se ausentaram do Plenário. Agora será utilizada a mão-de-obra dos estudantes das escolas estaduais para vender loteria. Isso é "marketing". Temos 1% para discutir com o Estado todo. Se forem vendidos todos os bilhetes, pelos professores e estudantes - seremos abordados por eles, para comprarmos bilhete de loteria -, serão arrecadados R\$2.000.000,00, 20% será destinado ao Programa Bolsa-Escola, ou seja, R\$400.000,00. Serão atendidas, exatamente, 245 famílias, entre os mais de 16 milhões de habitantes de Minas Gerais. Não dá para participar disso. A Assembléia Legislativa não pode aceitar isso. Não dá para atender nem essas crianças que estão nos sinais de Belo Horizonte, sem considerar a região metropolitana e o Estado de Minas Gerais.

Gostaria de falar, rapidamente, que o Governador anunciou, ontem, que o programa de valorização do servidor foi adiado. Claro que foi. Primeiramente, para valorizar o servidor, temos de reconhecer que um trabalhador que trabalha 20, 25 ou 27 anos tem direito à indenização. O programa foi adiado e jogado fora, nesta manhã, no Plenário da Assembléia Legislativa, por um desconhecido. Não venham falar em valorização do servidor. O Diretor de Coordenação Sindical, Renato Barros, disse que o programa é fantástico. Como, se ele não participou nem acompanhou, hoje pela manhã, a proposta de da valorização das Bancadas do PSDB, do PFL e do PSN, de reconhecer o direito básico e universal do trabalhador? Não vimos isso.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Gostaria apenas de voltar ao tema inicial do seu pronunciamento, quando fez alguns comentários acerca do Programa Bolsa-Escola. Há pouco tempo, o Governo Federal lançou o Programa de Renda Mínima em todos os municípios do País, de forma gradativa, ou seja, uma parte para este ano, outra para 2000 e outra para 2001. Cada município ficou obrigado a fazer o levantamento das crianças pobres, de 7 a 14 anos, que estão na escola. De acordo com esse programa do Governo Federal, cada criança, nessa faixa etária, se for comprovadamente pobre, receberia mais ou menos R\$45,00, para a sua manutenção na escola. Esse programa não teve nenhuma divulgação. A Secretaria da Educação e as Secretarias Municipais, na última semana, aprontaram um corre-corre, e muitos municípios ficaram fora do Programa de Renda Mínima do Governo Federal.

Então, gostaria apenas de ressaltar que essas boas ações e esses bons programas precisam ser debatidos e divulgados, mas não dessa forma. Temos de procurar valorizar as iniciativas que venham, de fato, ajudar os pequenos municípios e as pessoas pobres, e essa ajuda deve ser para divulgar o programa e ajudar o Prefeito a fazer o levantamento, através da disponibilização da máquina administrativa do Estado para as prefeituras. Não se deve colocar o programa da forma como foi feito, como bem explicou V. Exa. Esse programa vai beneficiar duzentas e poucas famílias, em um universo de milhões de crianças, que estão nas escolas e precisam efetivamente do poder público.

O Deputado João Leite* - Agradeço o aparte do Deputado Carlos Pimenta. Queria dizer ainda que consideramos grave a utilização de professores e estudantes na venda de loteria.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Não irei atrapalhar o pronunciamento de V. Exa. Apenas para esclarecer, gostaria de dizer que tivemos, exatamente hoje de manhã, um debate sobre a questão da bolsa-escola, com a Secretária Adjunta, Profª. Maria José Ceres. Ela estava exatamente dando explicações a respeito de como o Governo pretende implementar esse projeto, que deve se iniciar a partir de setembro. Certamente o projeto não irá se limitar a essa questão da loteria, pois ele é muito mais ligado ao programa da fome, segundo suas explicações, mas o Estado tem o compromisso de, a partir de setembro, iniciar a execução do projeto da bolsa-escola, principalmente no Jequitinhonha. Depois, ele será estendido para o Norte de Minas, nas regiões mais pobres e nas periferias das cidades. Esse assunto me interessa de perto, pois, como V. Exa. sabe, fui o autor do projeto de lei do Programa Bolsa-Escola em Belo Horizonte, que foi sancionado pelo Prefeito Patrus Ananias e que, agora, está sendo implementado pelo Prefeito Célio de Castro, atendendo a 4.500 famílias. Esse é, de fato, um programa fantástico, que depende da boa-vontade dos governos com relação a seu financiamento, pois ele deve ser próprio dos municípios, do Estado e da União. O Deputado Carlos Pimenta lembrou bem que o Governo Federal, de fato, anunciou o programa, mas, logo em seguida, no orçamento deste ano, cortou toda a verba destinada a ele. Dessa forma, realmente, não há como se sonhar com esse tipo de programa, pois a verba foi praticamente eliminada do orçamento. Portanto, é necessário que façamos a cobrança, pois o programa da bolsa-escola é fantástico.

Para finalizar, a Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte nos relatou os benefícios que esse programa traz às famílias que o recebem. É bom que realmente fiquemos atentos e que a idéia do PT vá para frente. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Agradecemos as informações recebidas da parte do Governo e trazidas pelo Deputado Rogério Correia. Estaremos atentos para que os professores e estudantes não sejam expostos, vendendo bilhetes de loteria pelo Estado, pois essa situação é inaceitável.

Para terminar, gostaria de tratar de uma outra questão, que é da maior gravidade: a proposta do Secretário da Segurança Pública. Ele insiste nela, apesar de eu ter tido a oportunidade de dizer-lhe que é ilegal. Já nos manifestamos junto ao Ministério Público do Estado, pois a legislação é clara. O Secretário da Segurança Pública pretende construir um centro de triagem e uma cadeia pública em Belo Horizonte, para abrigar uma população de 824 pessoas. Além disso, o que é mais grave: ele pretende construir a cadeia no Vale do Jatobá, em um campo de futebol, um dos poucos que existem lá. O Secretário da Segurança Pública quer acabar com o campo, construindo nele uma cadeia! Belo Horizonte tem 60 campos de futebol amador e 1.000 times. Precisamos de mais campos.

A violência em Belo Horizonte está ligada diretamente à falta de espaço para o lazer. No entanto, o Secretário da Segurança Pública quer construir uma cadeia em cima de um campo de futebol, que é um local de lazer do trabalhador, da criança. É inaceitável. Estamos vivendo um retrocesso em Minas Gerais, diante de tais atitudes da Secretaria da Segurança Pública. Além disso, o Secretário quer fazer a outra cadeia na Gameleira, junto à Escola Estadual Ordem e Progresso, junto ao Colégio Liceu Salesiano, junto àquela comunidade, que é um local inadequado, onde está a divisão de tóxicos, local inseguro, com diversas fugas. É inaceitável o que deseja o Secretário da Segurança Pública, que ainda quer introduzir, definitivamente, a Polícia Civil na guarda de presos.

Ouvimos o Deputado João Paulo falar a respeito do DETRAN. Lá estão todos os Delegados e Detetives. Temos 8.800 policiais civis em Minas Gerais, sendo que 500 estão no DETRAN. Os outros estão cuidando de presos. No entanto, a população fica à mercê da criminalidade, sem a presença da polícia.

A grande obra que o Secretário da Segurança Pública propõe para Minas Gerais, durante a sua gestão, é a construção de duas cadeias em Belo Horizonte, sendo que uma delas será construída em um campo de futebol. Mas estarei lá, nesse campo de futebol, a fim de evitar que aconteça esse mal em Belo Horizonte. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de fazer algumas considerações com relação à indicação do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus para dirigir a Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG. O PSDB quer discutir aqui sobre a posição do Governador Itamar Franco, que sempre interfere no Poder Legislativo. Por força da Constituição, essas pessoas (...). Nada temos contra o Sr. Weliton Eustáquio de Jesus, pois sabemos que seu currículo é consistente e compatível com o cargo para o qual está sendo indicado, mas o Governador se antecipa à Assembléia Legislativa e faz sua nomeação, sem que ele passe pelo crivo da avaliação do Poder Legislativo. Quer dizer, o Governador precisa respeitar a Assembléia Legislativa.

Queríamos, então, conchamar os nobres pares, aqueles que são da base de apoio do Governo, para que se sensibilizassem, por meio do Secretário da própria Casa Civil, os conselheiros - aqueles que estão mais próximos, os áulicos, que cochicham em seu ouvido -, para dizer-lhe: "Desse jeito, você não vai administrar Minas Gerais. Primeiro, você não começou a trabalhar. Segundo, quando trabalha, usa uma só 'canetada', ameaça alguma coisa... De repente, você faz a nomeação, no diário da Imprensa Oficial, do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus, para a UTRAMIG, sem que fosse, antes, sabatinado na Assembléia Legislativa".

Então, nosso encaminhamento de votação está embasado em nosso posicionamento contrário à atitude, vamos dizer, do Governador. E gostaríamos de protestar contra essa postura, discordando dela. Fizemos o alerta, e, depois, sim, ele reviu o ato de nomeação. Vamos ver se isso não acontece mais.

Então, é em nome do Poder Legislativo, em respeito ao Poder Legislativo que estamos aqui na tribuna para pedir ao Sr. Governador que não repita esse ato, porque, senão, a situação fica difícil. A democracia implica, pelas Constituições Estadual e Federal, harmonia entre os Poderes. O PSDB não pode concordar com essa atitude. Tenho a impressão de que a maioria dos Deputados que gostam da democracia não podem tolerar esse ato. É nesse sentido que vimos aqui encaminhar esse assunto. Mas, com relação ao mérito da indicação do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus, não temos nada a dizer. Certamente ele já passou, depois disso, pelo crivo da Assembléia e, posteriormente, com certeza, vai receber o voto da maioria dos Deputados. O nosso protesto é contra o ato do Sr. Governador, um ato sempre autocrático.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, venho à tribuna para discutir a proposição em tela, que trata da indicação do Presidente da UTRAMIG, o Sr. Weliton Eustáquio de Jesus, que teve o seu nome aprovado pela Comissão Especial destinada a sabatiná-lo e a emitir, em seguida, o parecer para apreciação do Plenário.

Venho à tribuna porque, anteriormente, aqui tinha vindo a fim de alertar para o fato de que o Governo do Estado tinha atropelado a Assembléia e nomeado o indicado antes que o Plenário se pronunciasse. Dissemos, naquele momento, que era uma postura inadmissível. Pedimos até que a Presidência retirasse de pauta a indicação, uma vez que ela já tinha sido efetuada. Ocorre que houve a revogação do ato.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Quero dizer a V. Exa. que este Deputado concorda plenamente com a sua posição - que é também a do Deputado Hely Tarquínio - quanto a essa obediência às normas legais, determinadas pela Constituição, relativas a essas indicações.

No mesmo dia em que ocorreu o fato, este Deputado passou fax para o gabinete do Governador, comunicando a irregularidade, no que foi prontamente atendido. A devida correção foi feita com a revogação do ato no "Minas Gerais", regularizando-se a situação, para que possamos apreciar aqui, no Plenário, a indicação do nome do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as palavras de V. Exa. e venho aqui apenas para ratificar o seu pronunciamento. Nós, que tivemos o empenho de reclamar aqui do Governo, de denunciar o atropelo, temos agora de fazer justiça. O Governo recuou, consertou o seu erro, reconheceu a sua falha, e agora a matéria volta ao Plenário para discussão e apreciação. Em nenhum momento fizemos questionamento algum com relação ao indicado. Não o conhecemos pessoalmente, mas sabemos, segundo informações de terceiros, que é uma pessoa habilitada para a função. Queremos apenas dizer que, uma vez sanado o erro jurídico-constitucional, estamos prontos para votar a matéria, dando andamento aos

trabalhos da Casa.

Como fui eu quem levantou a questão, volto para dizer que me dou por satisfeito diante dos desdobramentos que ocorreram a partir de então. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria, simplesmente, de manifestar minha alegria pelo fato de a Assembléia Legislativa ter instituído essa sabatina dos indicados para a Presidência de autarquias e fundações. Quero dizer que o filtro funcionou, neste início de ano. Várias pessoas indicadas pelo Governo não cumpriam, na verdade, todas as exigências para assumir os respectivos cargos. Portanto, acho que foi uma medida extremamente acertada desta Assembléia. Ela é mesmo moralizadora do poder público. Com relação ao caso específico da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG -, que é uma instituição muito importante, porque trata exatamente do preparo e da capacitação da nossa mão-de-obra, o seu Presidente, que ora é indicado por esta Casa, após ser sabatinado e aprovado pela Comissão Especial, atende a todos os requisitos exigidos pela nova lei. Não conhecemos o indicado, mas esperamos que ele cumpra todas as suas obrigações e faça da UTRAMIG uma universidade do trabalho no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, para lembrar aos nobres pares desta Casa, gostaria de dizer que é muito bonito esse processo democrático, em que o indicado para uma autarquia é sabatinado por esta Assembléia, para que seu nome seja aprovado ou rejeitado numa votação secreta. Estamos fazendo isso com todo o Executivo, mas, como dizem, "em casa de ferreiro, o espeto é de pau". O Presidente do nosso Instituto, o IPLEMG, tem de ser sabatinado e ter seu nome aprovado em votação secreta nesta Casa. Já está ocupando o cargo, mas não passou pela sabatina e pela apreciação desta Casa. Estou-lhes chamando a atenção porque está no exercício indevidamente. Não temos nada contra ele, ao contrário, o consideramos uma pessoa competente, é um ex-Deputado, mas nós, que fazemos as leis, não podemos descumpri-las. O IPLEMG é uma autarquia do Estado; portanto, o indicado para a sua Presidência deve ser sabatinado e ter seu nome aprovado pela Assembléia.

Já suscitamos esta questão de ordem por diversas vezes, mas até hoje ainda não obtivemos uma resposta. O que nos dizem sempre é que está sendo avaliada. Mas fica ruim para nós fazer com os outros e não fazer com os nossos também.

Então, estou fazendo esse encaminhamento, aproveitando essa votação. Quem sabe meus pares entendam que isso é importante e comecem a se mobilizar, para termos uma resposta da Mesa para esta questão de ordem feita de acordo com o art. 111. Sabemos que a Procuradoria está fazendo estudos, mas já estamos querendo a solução, estamos querendo que nos seja encaminhada a resposta, sob pena de lidarmos com dois pesos e duas medidas. Para o Executivo fazemos e para nós, do Legislativo, não vamos fazer. Por quê?

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também gostaria de me manifestar neste caso. Embora sendo oposição ao Governo, evidentemente torcemos por um bom desempenho de Minas Gerais. Portanto, não poderia me furtar a dizer que conheço o Presidente do IMA indicado, Dr. Célio Floriani, uma pessoa de bem, que merece a confiança desta Casa e do Governo. Tenho a certeza absoluta de que fará um grande trabalho à frente do Instituto Mineiro de Agropecuária.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, eu, que tive o privilégio de ser o Presidente da comissão que procedeu à arguição do Dr. Célio Floriani, quero manifestar nossa alegria, dando o nosso depoimento relativamente à competência e à seriedade do Dr. Célio Floriani, que, após a nomeação do Sr. Governador, dirigirá esse instituto. Sou membro da Comissão de Agropecuária, e isso nos deixa tranquilo, já que a sanidade animal é importantíssima para a nossa atividade. Quero também registrar a nossa alegria relativamente à indicação dos outros dois Diretores. O Dr. Altino, que é Diretor Técnico, é extremamente competente, funcionário de carreira do IMA; e o Diretor Administrativo e Financeiro, Dr. Hélio Junqueira, pessoa idônea com larga folha de serviços prestados a Minas Gerais. Todos os três Diretores do IMA são pessoas dignas, honradas e capazes. Encaminhamos favoravelmente à indicação do Dr. Célio Floriani, extensivamente aos outros Diretores.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaríamos de pedir o apoio dos ilustres pares desta Casa para o Sr. Célio Floriani, que é pessoa de nosso conhecimento, qualificado do ponto de vista profissional, tendo larga experiência na EMATER, tendo sido assessor e orientador do Ministério da Agricultura. Ele reúne todas as qualidades para o cargo, já tendo sido submetido a sabatina nesta Casa. Reiteramos o nosso apoio ao seu nome e solicitamos o apoio dos nobres pares.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que não fique parecendo que apenas a Oposição indicou os Diretores do IMA, em nome da bancada governista gostaríamos de dizer: foram escolhidos homens que se encontram acima das lides partidárias. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não conheço pessoalmente o Dr. Célio Gomes Floriani, mas tenho excelentes informações a seu respeito e sobre sua competência, seu caráter e sua disposição de trabalho. Voto favoravelmente a sua indicação na certeza de que prestará excelentes serviços ao Estado de Minas Gerais. Voto em seu nome também por ter sido indicado pelo Senador Arlindo Porto.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos votando favoravelmente à indicação ora apresentada. Mas gostaria de questionar o PSDB, que tem criticado o Governador Itamar Franco e hoje está aceitando sua indicação e até tecendo elogios a essa indicação. Isso mostra que Itamar Franco é homem democrático, que aceita as indicações do PSDB e do PFL. E nós, do PMDB, acatamos a indicação por se tratar de um homem competente. Isso mostra a postura firme do nosso Governador Itamar Franco, aceitando a indicação do PFL e do PSDB.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que nem tudo que o Governo faz nós criticamos. Apenas criticamos o que faz de inconveniente para o Estado. Quando ele acerta, temos a grandeza de dizer que acertou. Quero dizer mais, que o que hoje aqui estamos praticando foi iniciativa do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Quando o Governo estava nomeando todos os dirigentes de autarquias e fundações sem sabatina, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, valendo-se de uma emenda à Constituição do Deputado Miguel Martini, no seu mandato anterior, usou da prerrogativa de comunicar ao Governo não ser aquele o procedimento a ser adotado, procedendo o Governo às devidas correções. Elogio não tanto a indicação, mas a atitude do Deputado Sebastião Navarro de ter feito o Governo voltar atrás, permitindo que a emenda à Constituição do Deputado Miguel Martini, passasse a vigor. Quando o Governo acerta, temos a grandeza de dizer que acertou e, quando erra, estamos aqui para criticar. O Governo acertou quando acolheu a sugestão do Deputado Sebastião Navarro Vieira e voltou atrás.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado José Braga, apenas gostaria de dizer que concordo, porque tive informações, por outros Deputados, do trabalho do indicado e que a mensagem é do Governador, mas a indicação é do Senador Arlindo Porto. As informações são as melhores, o Deputado Márcio Kangussu presidiu a Comissão e acompanharemos este Deputado, votando favoravelmente. Parece-nos que o Senador Arlindo Porto fez uma boa indicação para o Governo do Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, pediria a todos os pares desta Casa e, "data venia", ao Deputado Alberto Pinto Coelho que votássemos contrariamente, porque não dá para votar a toque de caixa questões de extrema importância e que têm repercussões no Estado de Minas Gerais, de modo especial a questão da COPASA.

Esse projeto está passando a toque de caixa, e tentamos convidar o SINDÁGUA - inclusive há requerimento da Deputada Maria Tereza, do PT, convidando para que façamos um

bom debate sobre essa questão, porque está em risco a permanência, até mesmo a sobrevivência da COPASA.

Estamos correndo o risco de Belo Horizonte não renovar o convênio com a COPASA, e com isso se perderiam 40%. Agora, com os 60% restantes para garantir uma dívida de R\$600.000.000,00 junto à CEMIG, achamos que seria o fim da COPASA.

Teríamos de ouvir outras pessoas, as pessoas envolvidas, os funcionários, etc. De forma que o meu encaminhamento é que esta Casa, responsabilmente, como sempre tem feito, possa rejeitar o regime de urgência, para ter uma tramitação normal, a fim de fazermos o debate. Essa questão é grave, e chamamos a atenção dos Srs. Deputados para não darmos esse regime de urgência para essa matéria. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, encaminho também contrariamente a esse pedido de regime de urgência. Não assinei essa relação que o Colégio de Líderes assinou, exatamente porque, nessa tramitação em regime de urgência, os tempos são reduzidos. A tramitação é mais rápida, e penso que deveríamos utilizar o máximo possível o tempo, porque esse projeto é polêmico. Esta Casa deveria conscientizar-se do que significa essa mudança de garantia que está sendo proposta pelo Governo, através do Deputado Alberto Pinto Coelho. Portanto, pedimos aos Deputados que votem contrariamente a esse requerimento de pedido de urgência, para amadurecermos bastante essa idéia.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência informa ao Deputado Paulo Piau que o requerimento se encontra assinado por dois terços dos Líderes.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaríamos de dizer que não assinamos o Acordo de Líderes, reiterando as palavras do Deputado Paulo Piau. Esse projeto é de muita importância e precisa ter esgotada a sua discussão. Não assinamos e vamos aguardar o resultado da votação.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, também encaminhamos contrariamente a esse requerimento. Gostaríamos de manifestar a nossa apreensão com relação à maneira como esse projeto vem tramitando, inclusive sem que se permita a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos. Tivemos uma situação constrangedora na última reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foi negada a participação, nesta Casa, dos representantes do SINDÁGUA, sindicato que representa os funcionários da COPASA-MG, da CEMIG e da própria COPASA-MG. Encaminhamos contrariamente a esse requerimento.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, estamos, desde ontem, em reunião com a Liderança do Governo, a Liderança da Situação, tentando estabelecer uma pauta mínima para, no tempo determinado e acordado, encerrar os trabalhos legislativos. Esse projeto teve iniciada hoje a sua discussão. Durante o período de discussão, na reunião extraordinária, recebeu as suas emendas. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária só terá reunião amanhã pela manhã, quando dará parecer sobre as emendas. Amanhã, à tarde, teríamos o tempo de encerrar a discussão e, talvez, avançar no processo de votação. De repente, aparece pedido de regime de urgência, assinado pelo Colégio de Líderes, que não contém a assinatura das Lideranças do PFL, do PSDB, do PSN e da Minoria. Não estou entendendo por que, se já estamos caminhando para o encerramento das nossas atividades, amanhã. Por que o regime de urgência, se ele não altera em nada o que foi proposto e acordado com a Oposição da Casa? Para mim, essa solicitação é inútil. Peço ao Alberto que retire esse pedido, para avançarmos e cumprirmos a pauta mínima, que já está proposta para amanhã. O nosso acordo não inclui acordo de Lideranças algum para acelerar a tramitação de um projeto para o qual já estava acordada votação, amanhã. De maneira que estou me sentindo até mesmo traído no acordo que fizemos. Talvez, com essa proposta, possamos rever a nossa participação no acordo. Não vejo por que manter um requerimento dessa natureza, sem o conhecimento nem a assinatura dos partidos que compõem a Oposição na Casa. Até então, Alberto, nobre Líder, gostaria de persistir nisso. Gostaria de afiançar a V. Exa. que estamos dispostos a cumprir o acordo que fizemos com a Liderança do Governo. Apenas, não iremos apreciar o projeto hoje, porque é impossível receber emendas em Plenário, que apenas irão receber parecer amanhã. No acordo que fizemos, o projeto receberia a nossa votação final amanhã à tarde. Então, esse Acordo de Lideranças é inútil. Pediria a V. Exa. que o retirasse, para que dessemos seqüência ao que foi acordado ontem e hoje.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Agradeço essa deferência ao nobre Deputado Mauro Lobo. Gostaria de esclarecer a todos os parlamentares, principalmente aos Líderes da Oposição, que, uma vez que esse projeto vem de um acordo firmado, o nosso propósito, ao requerer o regime de urgência, foi de acelerar o rito processual, já que estamos aqui para dar vazão a todos os projetos que foram objeto desse acordo. Mas, se por parte da Oposição entenderem que o regime de urgência representa a quebra de um acordo, isso jamais acontecerá, por um princípio nosso de conduta dos trabalhos à frente da Liderança do Governo. Portanto, de público, retiro o requerimento de urgência.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, inicialmente, agradeço o seu posicionamento, que mostra a gentileza e o espírito democrático que tem com seus pares. Com relação a esse projeto, gostaria de afirmar que estivemos, há pouco tempo, votando, em uma comissão conjunta, um projeto da COPASA, envolvendo Irapé. Naquele momento, tivemos informações preciosas do Presidente da COPASA. Isso fez com que houvesse a aprovação da comissão, por unanimidade. Hoje, também, houve a aprovação, por unanimidade, no Plenário, ou seja, houve participação e informação. Com relação a esse projeto de resolução, estamos sentindo que há uma pressa em sua votação e, mais ainda, está havendo um boicote a uma ampla discussão. Parece-me que está havendo algo em desacordo com a própria orientação do Governo. Quando diz estar preocupado com a participação da sociedade nas decisões de Governo, não é isso o que estamos vendo. Foi-nos vedado o convite, com a presença do Sindicato, ou seja, do SINDÁGUA, para que pudéssemos trazer mais subsídios e para que encontrássemos uma forma adequada de ver a participação da COPASA nesse processo. Tememos pela COPASA. Na medida em que ela participa, é inserida em um processo, como avalista e como pagadora de encargos do Estado. Percebemos o seu enfraquecimento. Não é o momento para se enfraquecer uma empresa do porte da COPASA. Principalmente, quando ela já tem um problema pela frente do início do ano: a sua concessão no Município de Belo Horizonte. Se não discutirmos mais a fundo o assunto, estaremos perdendo espaço, no Legislativo, para que possamos discutir os nossos problemas e suas soluções, de forma ampla e democrática.

O Deputado João Leite* - Gostaria apenas de me manifestar, porque consideramos que hoje é, na Assembléia Legislativa, um dia de derrota para os trabalhadores. Pudemos ver a tentativa da base do Governo de votar o projeto a toque de caixa, apressadamente, sem a possibilidade de discussão, deixando de fora os trabalhadores da CEMIG e da COPASA, que não têm direito a voz nessa situação.

A COPASA está sendo colocada como devedora solidária dessa dívida de R\$600.000.000,00 que o Estado contrai com a CEMIG. Nós abrimos mão de ouvir os trabalhadores das duas empresas e os sindicatos, querendo aprovar, rapidamente, essa proposta. Tenho a expectativa de que se coloque um freio nisso. Quase foi aprovada aqui uma "rolha", que calaria a Oposição e impediria a manifestação dos trabalhadores da CEMIG e da COPASA. Espero que, daqui por diante, haja bom-senso e que haja uma audiência pública para discutirmos a questão. Não devemos votar da maneira como pretende a base do Governo, sem discussão, imediatamente. Essa questão envolve duas empresas importantes, e os Deputados foram escolhidos pelo povo, para atentamente julgar tudo o que chega a esta Assembléia. Assim, espero que haja bom-senso e que discutamos essa situação com os interessados, com a sociedade e com os servidores das empresas, sem essa pressa que tomou conta da base governista, para votarmos esse projeto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a oportunidade, no âmbito da própria CPI da CEMIG, de dizer, por mais de uma vez, que me parecia que todas as questões pendentes de esclarecimento sobre a venda de parte das ações da CEMIG já haviam sido esclarecidas. Entretanto, foi entendimento de meus colegas da CPI a necessidade da prorrogação por mais 60 dias, não apenas para ouvir um ou outro depoente, mas sobretudo para a elaboração do resultado final dos trabalhos da CPI. Portanto, encaminho favoravelmente à aprovação desse requerimento, a fim de que, definitivamente, todas as questões sobre a venda dessas ações fiquem esclarecidas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bilac Pinto* - Sr. Presidente, como relatou o Deputado Amílcar Martins, foi feito um acordo na CPI da CEMIG, por meio de seu Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, a fim de que posterguemos por mais 60 dias a conclusão dos nossos trabalhos. Com relação a isso, o PFL, representado por este modesto Deputado na Comissão, já deu a sua palavra, está plenamente de acordo. Como não há nada a comentar a respeito desse assunto, gostaria de dizer que somos favoráveis. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, senhores da imprensa, com uma satisfação muito grande registramos aqui também a presença do Vice-Presidente do SINDÁGUA e grande parte da sua diretoria. Estamos vendo aqui dois de seus Diretores presentes e alguns funcionários dessa empresa. Tivemos a oportunidade, na reunião extraordinária de hoje, de tecer alguns comentários sobre o Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que determina, em seu art. 1º, que as garantias por débitos de responsabilidade do Estado de Minas Gerais no Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC -, assinado com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -, poderão incluir, de acordo com o que dispuser o termo aditivo, receitas próprias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG - e da Companhia de Mineração de Minas Gerais - COMIG. Justificação: compete ao Poder Legislativo, de forma privativa, nos termos do art. 62, XXXII, da Constituição do Estado, dispor sobre as condições para a concessão de garantia do Estado em operação de crédito. A proposição apresentada por ele trata da necessidade de alteração das condições de garantia em operação já autorizada por lei, sendo necessárias alterações nas condições econômicas e financeiras em virtude das condições do Estado. Assim, para que as próprias operações de crédito se tornem exequíveis, existe a necessidade de modificação nos termos de garantia já existentes. Ressalte-se ainda o fato de que o princípio da publicidade fica assegurado, bem como o papel fiscalizador do Poder Legislativo. Realmente, compete a esta Casa definir essa matéria. O que expusemos aqui hoje, na reunião extraordinária, é o risco que entendemos que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais está correndo se esse projeto for aprovado.

Até entendemos a intenção do ilustre Deputado Alberto Pinto Coelho, como Líder do Governo, de ter acatado a mensagem do Governador e apresentado esse projeto. Mas, no nosso entendimento, na prática, isso significa que a COPASA estaria sendo avalista do Governo de um débito que ela tem junto à CEMIG.

É interessante dizer que esse débito foi originário de diferenças tarifárias não autorizadas pelo Governo Federal. A CEMIG adquiriu um crédito junto ao Governo Federal, que, através de uma negociação com o Governo Estadual, transferiu parte desse débito para a CEMIG. A garantia desse contrato foi o Fundo de Participação dos Estados. Como esse Fundo está comprometido, segundo justificativa do projeto, torna-se necessária a definição de uma nova garantia. Foram indicadas a COPASA e a COMIG para darem a nova garantia.

Ora, no nosso entendimento, toda pessoa que se responsabiliza por um débito pode vir a ser chamada a cumprir esse compromisso. A nossa preocupação, como muito bem diz a justificativa, é que esse aval que se estaria dando à CEMIG, possibilitaria até mesmo à COPASA retirar de seu caixa, da sua arrecadação recursos financeiros necessários para compra de produtos químicos, para pagamento de energia elétrica e outros insumos necessários a sua operação. Então, se o Governo não cumprir o seu compromisso com a CEMIG, a COPASA terá que arcar com ele.

Com relação a esse débito - confesso que ainda tenho dúvidas -, foi dito pela imprensa que está aproximadamente em R\$2.000.000,00. No entanto, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, foi apresentado um débito de R\$600.000,00. De qualquer maneira, entendemos que o aval nesse valor é muito grande para uma companhia do porte da COPASA. Para os senhores terem uma idéia, esse valor corresponde ao que praticamente a empresa arrecada em um ano.

Acreditamos que se a COPASA tiver que cumprir esse compromisso, caso o Governo não consiga cumpri-lo, a COPASA terá comprometido toda a sua missão de levar o saneamento a todo o Estado de Minas Gerais. Temos levantado esse aspecto e não entendemos como escolheram a COPASA para dar esse aval. Na parte da manhã, fiz essa denúncia aos nobres colegas, dizendo que parece haver um complô contra a COPASA.

Como os senhores sabem, tive a oportunidade de trabalhar na COPASA por, aproximadamente, 26 anos e vivenciei toda a ação da empresa ao longo dos anos. Por exemplo, lembro-me de que quando foi criada, dependíamos do Governo até mesmo para pagar a folha de pessoal da COPASA. Ao longo dos anos, quando tivemos o plano nacional de saneamento, a empresa teve uma época expansionista muito grande e dependia de um percentual, a título de administração, dos financiamentos para também conseguir pagar a sua folha de pessoal.

Hoje, decorridos todos esses anos, a COPASA não precisa mais do Governo Federal. Pelo contrário, tem ajudado o Governo a resolver os seus problemas de saneamento levando as suas ações a todos os rincões do Estado de Minas Gerais, independentemente do tamanho ou do porte das cidades.

Estamos vendo ocorrer certas ações estranhas. Tive a oportunidade também de denunciar dessa tribuna o empréstimo que a COPASA fez à Prefeitura de Juiz de Fora - cidade em que a COPASA nem opera - para implementar ou executar melhorias em uma usina de lixo. Neste momento, estamos vivenciando a negociação que vem sendo feita unilateralmente pela Prefeitura de Belo Horizonte com a COPASA para não renovar a concessão com a empresa. Denunciei essa questão desta tribuna e, caso essa negociação ocorra, fatalmente a COPASA não terá condições de sobreviver e terá as suas ações encerradas no Estado.

O que nos estranha é que essa ação vem sendo discutida apenas pelo Prefeito Célio de Castro, de Belo Horizonte, junto ao Governo, pessoa que, inclusive, teve o privilégio de indicar a Diretoria Metropolitana da COPASA, que negociará essa concessão, não tendo nenhum envolvimento com os demais Prefeitos da região metropolitana e tampouco com os demais Prefeitos do Estado de Minas Gerais.

Então, no nosso entendimento, neste momento, acreditamos que esse projeto, se aprovado, vai comprometer, e muito, a COPASA.

Estamos estranhando, também, a maneira pela qual esse projeto vem tramitando nesta Casa. Hoje mesmo, há pouco, foi feito um requerimento para que sua tramitação seja em regime de urgência. E, agora, estamos a toque de caixa discutindo o projeto.

Na última reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, como também foi dito por mim, com muita tristeza, não conseguimos aprovar um requerimento do Deputado Mauro Lobo e um da Deputada Maria Tereza Lara, que possibilitaria trazer para esta Casa o debate sobre esse assunto tão significativo e tão importante.

Esta Casa, que deveria ser um palco de debates e de discussões sobre temas de relevância, não participou. Inclusive, recebemos aqui toda a diretoria do SINDÁGUA, que questionou o fato de não termos conseguido abrir debate sobre um assunto tão importante.

Particpei também da comissão sobre o projeto Irapé, em que, depois de escutarmos os convidados, os Presidentes da CEMIG e da COPASA, tivemos esclarecidos vários assuntos. Assim, foi possível aprovar nesta Casa, hoje, por unanimidade, esse projeto de Irapé.

Por isso não conseguimos, de maneira nenhuma, entender como esse projeto tão importante para a COPASA vem sendo discutido de uma forma não muito transparente, em que não é permitida a participação dos diversos segmentos ligados ao assunto.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Muito obrigado, Deputado. Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar V. Exa. por estar atento a um assunto tão importante quanto esse que envolve a COPASA, a COMIG e uma dívida já existente. Também comungo com V. Exa., no que se refere a essas preocupações, que são justas. De fato, devemos estar atentos, para que não haja prejuízos para a COPASA nem para a COMIG.

Apenas quero dar a minha opinião sobre esse assunto e dizer que, comungando da mesma preocupação, vou apresentar uma proposta que talvez possa resolver essas dúvidas, esses dilemas e garantir que não haja prejuízo, ao mesmo tempo em que garante o pagamento dessa dívida.

Na verdade, V. Exa. conhece bem esse contrato a que estamos nos referindo, através desse projeto de lei. Ele foi feito entre o Estado, pelo Sr. João Heraldo dos Santos Lima, na época Secretário da Fazenda, e a CEMIG. Foi colocado que ficou, então, essa dívida do Estado com a CEMIG, por um acordo feito na época, em 1995, junto com a União. E a garantia de que isso podia ser feito era dada pelo Fundo de Participação do Estado.

O que é alegado, agora, é que o Fundo de Participação do Estado não poderia ter sido avalista. Nesse sentido, o Governo do Estado, atualmente, enviou outro projeto, colocando como avalista, nesse contrato feito em 1995 pelo Sr. João Heraldo, a COPASA e a COMIG. O temor que V. Exa. expressou muito bem é também meu e da Bancada do PT: o de que possa haver prejuízos para a COPASA ou para a COMIG no decorrer do tempo, mesmo porque a COPASA anda se recuperando e tem condições de andar com as próprias pernas, como V. Exa. bem demonstrou.

Nesse sentido, apresentei uma emenda permitindo que a COPASA e a COMIG sejam avalistas, o que seria a forma legal de cumprir esse contrato, de 1995, que tem sido cumprido até agora com o lucro que o próprio Estado tem, dentro da CEMIG, com as ações que lhe restaram depois que foram entregues, quase de graça, aos acionistas majoritários estrangeiros. Mas o que sobra tem permitido ao Estado pagar mensalmente o contrato de 900 milhões. Até hoje não houve problemas, e não foi necessário recorrer ao Fundo de Participação do Estado. Mas caso isso acontecesse, cairia para a COPASA e para a COMIG. Nesse sentido, apresentei uma emenda pela qual o Estado garante, tanto à COPASA quanto à COMIG, que não haverá prejuízo, ou seja, caso se faça necessário lançar mão da COPASA ou da COMIG, tem o Estado, através do Tesouro, a obrigatoriedade de recompor os caixas das referidas companhias. Isso não pode ser feito diretamente pelo Estado, por um problema constitucional. O Tesouro não pode ser o avalista dele mesmo. Gostaria, depois, de comentar esse assunto na comissão, visto que o projeto irá para lá, pois, além dessa emenda, existem outras a serem debatidas.

Gostaria de parabenizar V. Exa. com relação à preocupação que está demonstrando no tocante à COPASA.

Agradeço o aparte de V. Exa. e gostaria de cumprimentar, através da sua Liderança, toda a Bancada do PT, que se encontra junto a nós nesta caminhada. Tivemos um depoimento da Deputada Maria Tereza Lara, que possibilitaria a ampliação do debate que, infelizmente, não foi possível. Não entendemos o porquê de a Assembléia cassar a palavra de pessoas que poderiam nos ajudar a encontrar um caminho.

Também apresentei uma emenda a esta Casa que, acredito, resolveria esses problemas, porque, em nosso entendimento, e pela justificativa que li no projeto, não encontrei nenhuma alusão a novos empréstimos, a novas operações de crédito. Não se trata de novas operações de crédito, trata-se apenas de uma renovação de garantia. Estou encaminhando, por isso, uma emenda pela qual as garantias por débito de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, no contrato de cessão de crédito, o saldo remanescente da conta de resultados a compensar, o CRC, assinado com a CEMIG, poderão incluir, de acordo com o que dispuser o termo aditivo, os dividendos devidos ao Estado de Minas Gerais por sua participação no capital social da CEMIG e como garantia suplementar, se for o caso, pois não conheço a situação da COMIG, à própria COMIG. Essa é uma emenda que estou apresentando, após ter consultado a nossa assessoria jurídica que disse que atenderia à questão legal.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Agradeço o aparte de V. Exa. e quero externar minha opinião a respeito da sua preocupação com relação à COPASA. V. Exa. conhece muito bem a empresa pela sua vivência dentro dela e bem sabe que nós, da Bancada do PDT, temos sido base de sustentação do Governo, e, hoje, votamos favoravelmente ao Governo. No que tange à COPASA, aproveitando o discurso de V. Exa., gostaria de dizer que em Leopoldina existia uma regional, que V. Exa. bem conhece, há mais de dez anos, onde foram feitos investimentos vultosos, e ela foi deixada de lado, preterida pela cidade de Ubá, onde atualmente a COPASA está investindo muito. Isso não se justifica no momento em que o Governador Itamar Franco está cortando na própria carne, procurando enxugar a máquina, encontrar caminhos para viabilizar o Estado. Existe aí uma situação muito estranha, com a qual não nos conformamos, absolutamente. O fato de apoiarmos o Governo não significa que concordamos com aquilo que foi feito em Leopoldina, e V. Exa. foi solidário com todos nós. Houve um fato que prejudicou muito os funcionários, daí entendermos que o pessoal do SINDÁGUA também trabalhou para que fosse evitado esse trauma para a cidade de Leopoldina. É impressionante vermos hoje em Ubá a COPASA alugando casas e fazendo um esforço para colocar uma regional, estando praticamente a 1 hora de distância de Leopoldina, onde temos uma regional pronta, funcionando há dez anos. Embora eu não seja engenheiro - sou apenas parlamentar e tenho a preocupação em ajudar o Governo e ver Minas caminhar dentro da realidade, o que é muito difícil -, fico realmente impressionado em ver um caso como esse que ocorre em Leopoldina, no momento.

É o que tinha que dizer e agradeço o aparte.

O Deputado Fábio Avelar - Gostaria de agradecer o aparte de V. Exa., Deputado Bené Guedes, que conhece toda aquela região, e mais uma vez dizer que, naquela oportunidade, respeitamos a decisão da diretoria da COPASA, não poderia ser diferente, e entendemos que foi uma atitude que não conseguiu atender ninguém - nem os funcionários, nem a classe sindical, nem aos critérios administrativos - porque conheço bem essa parte operacional -, nem a classe política.

Realmente, não entendemos como foi tomada uma medida dessa natureza, que provocou gastos desnecessários para a sua implantação.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado. Gostaria apenas de reforçar as palavras do Deputado Bené Guedes e dizer com todas as letras que sabemos os motivos da transferência, de Leopoldina para Ubá, da COPASA. A Companhia tinha prédio próprio na cidade em que estava instalada, dava lucro e tinha o respeito da população da região. Nisso tudo, Deputado Bené Guedes, existe dedo político para agradar o Senador José Alencar, que foi eleito e, coincidentemente, é da cidade de Ubá. Não houve outra razão, além de dar prejuízos com novos aluguéis, com atitudes políticas relacionadas a funcionários, para a transferência da COPASA, a não ser agradar ao nosso Senador José Alencar, que é daquela cidade.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero cumprimentá-lo Deputado Fábio Avelar por essa luta em defesa da COPASA, que é um bem público de Minas Gerais, e nesse processo procuramos contribuir para uma discussão mais ampliada; mas, como não foi possível, esperamos que essas emendas - e no momento queremos cumprimentar os companheiros do SINDÁGUA - possam resolver esses impasses e que, de fato, a COPASA não fique prejudicada. Eles têm acompanhado, durante todo esse tempo, a discussão das emendas, as de V. Exa. e as do Deputado Rogério Correia.

Desejamos que possa haver uma solução, que a COPASA não fique prejudicada nem muito menos o povo mineiro; que se solucione o problema dessa dívida e que a COPASA também seja respeitada.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte de V. Exa., Deputada, e gostaria de dizer que, em várias oportunidades, temos conversado sobre essa necessidade de mobilização de toda a classe que conhece bem aquela empresa. O sindicato sempre coloca o PT como um aliado, que estará sempre ao lado da COPASA, dos seus trabalhadores, defendendo os interesses daquela empresa.

Mais uma vez, gostaria de pedir aos nossos colegas que apoiem a nossa emenda.

Ela dará segurança ao Governo do Estado e não trará prejuízos para a COPASA.

Gostaria de agradecer a presença do sindicato, do seu Vice-Presidente, dos diretores e de dizer da necessidade de uma mobilização da nossa classe. Estaremos aqui, a partir de amanhã, pela manhã, para votarmos essas emendas na Comissão de Fiscalização Financeira. No início da tarde, ou talvez à noite, devemos votar, em Plenário, esse projeto de lei.

Seria muito interessante que o sindicato e os trabalhadores da COPASA estivessem presentes, numa mobilização grande, tentando sensibilizar os Deputados. Não temos dúvida, todo Deputado, de uma maneira ou de outra, teve ou tem uma ligação com a COPASA, porque essa empresa sempre esteve presente no Estado e, a cada dia, vem aumentando a sua atuação, principalmente nas cidades mais sofridas do Norte, dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e de várias outras cidades do Estado.

Peço, mais uma vez, o apoio dos Deputados, para que, amanhã, durante a reunião da comissão, aprovemos essa emenda, a fim de que ela chegue a Plenário e possa dar a tranquilidade que a COPASA precisa para continuar no exercício das suas atividades. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, presentes nas galerias, quando passamos a discutir o Projeto de Resolução nº 408/99 na Comissão de Fiscalização Financeira, deparamos com algo que nos tem preocupado. É a urgência e a forma de informações subsidiárias com relação a esse projeto. Mais ainda: detectamos o desconhecimento que o próprio SINDÁGUA tinha desse projeto.

Conseguimos que ele não fosse votado na primeira reunião. Na reunião seguinte, apresentamos um requerimento para que houvesse uma abertura na discussão, com a participação do próprio SINDÁGUA. Continuamos, de certa forma, quase no mesmo nível de conhecimento do início desse processo.

Busca-se substituir garantias que, antes, estavam sob a responsabilidade do Fundo de Participação do Estado. Em decorrência de o Governo Federal estar utilizando os recursos do Fundo de Participação do Estado para amortizar a dívida do próprio Estado de Minas Gerais, era necessária a substituição dessas garantias. É interessante e paradoxal. Se o próprio Governo Federal estava a exigir alteração dessas garantias, pergunto: não é esse Governo que tem sido acusado, constantemente, de privatista? Imaginemos que a COPASA ou a própria COMIG tivessem sido privatizadas. Que instituição daria essas garantias? Então, temos, por outro lado, esse paradoxo, ou seja, a necessidade do Estado de continuar tendo

empresas rentáveis e economicamente sólidas para que possam, eventualmente, dar aval ou responder como garantidoras de débitos do próprio Estado, e a exigência de Governo Federal. Então, fica a nossa observação sobre essa incoerência. Quem defende a privatização, ao mesmo tempo, quer o aval e a garantia das empresas do próprio Estado. Entendemos que esta Casa não pode ficar presa naquele discurso sobre a participação da sociedade nas decisões do Governo. Essa é uma proposta que, uma semana atrás, o Secretário do Planejamento expunha para nós, ou seja, uma diretriz deste Governo no sentido de ouvir a sociedade. Quando entramos com o requerimento para que esse assunto pudesse ser esmiuçado e discutido, deparamos, para surpresa nossa, com a recusa da base do Governo em aprová-lo. Então, via-se a incoerência entre o discurso de participação e a ação, que era para evitar esse envolvimento. Por que isso? Qual a razão de se procurar evitar esse envolvimento, principalmente das partes mais interessadas e mais envolvidas e que têm o maior conhecimento, ou do problema ou da própria empresa? Sabemos que a COPASA tem uma bela trajetória e uma boa prestação de serviço no Estado e, mais ainda, é uma empresa sólida. Ouvimos, no início deste Governo, críticas à anterior gestão da economia do Estado, com relação até à utilização da COPASA como geradora de recursos para o Estado, na operação da própria COPASA de comprar ações do Estado. Ora, estamos assistindo ao envolvimento da mesma COPASA, de forma diferente, garantindo as ações do Estado. Saneamento deve ser algo muito lucrativo, porque, se no início deste Governo, dizia-se que a COPASA havia sido muito prejudicada no Governo anterior, como consegue, em seis meses, uma total recuperação? Uma recuperação tamanha que venha a assumir obrigações do próprio Estado, que independa até do resultado financeiro da própria empresa? Caso o resultado não seja satisfatório, tira-se do seu faturamento. Isso nos causa estranheza.

Por isso, pensamos que a sociedade deve participar quando estamos na tribuna, discursando sobre a participação e sobre o envolvimento da sociedade na gestão do Governo, porque o próprio Governo criou um novo nome para as audiências públicas - orçamento participativo - ou seja, a intenção é a de que a sociedade diga quais são suas reivindicações e propostas principais. No entanto, uma mísera discussão, em uma comissão técnica e temática nesta Casa, não é aceita pelo próprio Governo. Então, debatemos essas incoerências. Realmente, se esta Casa não se posicionar, pelo menos, de acordo com determinados princípios, continuaremos tendo esse conceito de parlamentar que temos, hoje, perante a sociedade. Há pouco tempo, tomamos conhecimento de uma pesquisa, em nível nacional, sobre como as instituições eram vistas pelo público.

E nós sabemos que a instituição parlamentar estava em um nível mais baixo de credibilidade. Isso não se deve apenas à mídia e àqueles parlamentares que fogem a uma conduta ética, mas muito mais à incoerência entre o discurso e a realidade e a ação. Por isso, precisamos criar, nesta Casa, em nossas comissões temáticas, um campo aberto à ampla discussão, a fim de encontrar o melhor caminho para os nossos projetos e os do Governo e dar uma contribuição real para a melhoria das condições de vida de nosso Estado e para nosso crescimento econômico-social e político. Não vejo um sentido em nossa atividade parlamentar se não criarmos um ambiente propício à participação e à discussão de nossos problemas. Há pouco tempo, eu participava da discussão a respeito de um projeto do Governo - a criação do Instituto Mineiro do Café -, e vimos a real necessidade do chamamento de diversas instituições interessadas no assunto. Assim, foi confirmado o que já estávamos imaginando: o projeto era descabido, fora de hora e sem sentido. No entanto, se fôssemos dar o mesmo tratamento que demos a esse caso, o projeto seria aprovado. Portanto, essa participação é fundamental, e estamos sendo coerentes: temos procurado, nas comissões em que estamos atuando, apresentar com requerimentos buscando trazer à discussão e ao conhecimento a colaboração das pessoas e das instituições que têm interesse no assunto e que podem trazer sua contribuição. Portanto, meus prezados colegas, sem que haja uma mudança nesse projeto, através de emendas que foram apresentadas no Plenário e que serão analisadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, consideramos esse projeto totalmente descabido. Mas, com uma discussão mais ampla e com a apresentação de emendas que possam evitar aqueles riscos para a COPASA, veremos qual será o nosso posicionamento. O importante é que o projeto seja reformulado e aperfeiçoado, para que o Estado possa conseguir dar a sua garantia, não colocando em risco a COPASA, que está em um momento muito especial. Ela poderá, dentro dos próximos 12 meses, ser uma empresa mais forte ou mais fraca, pois, no decorrer deste ano e início do próximo, passará por essa rediscussão a respeito da sua concessão com o Município de Belo Horizonte. Entretanto, estamos vendo que essa discussão está ainda fechada, e essa situação nos assusta, tendo sido já colocada nesta Casa pelo Deputado Fábio Avelar. Belo Horizonte representa 40% dos negócios da COPASA e algo acima de 60% do seu lucro, e, por isso, essa é uma negociação de suma importância para a empresa. Neste momento, estamos colocando a necessidade de a empresa dar garantias ao Estado. Este é um momento delicado e, se a proposta não for bem encaminhada, teremos a fragilização da empresa. Isso ocorrendo, simplesmente estará facilitada a entrada de novas empresas para atuarem na área de saneamento do Estado. Ai, sim, teremos não uma privatização da COPASA, mas o seu afastamento ou diminuição como uma das melhores empresas de saneamento do País e uma empresa que vem, no decorrer de sua vida, prestando bons serviços a Minas Gerais.

Hoje, ao verificarmos os investimentos feitos nos últimos anos na área de saneamento em nosso Estado, principalmente no saneamento rural, perceberemos que houve uma orientação política, a fim de que a COPASA pudesse atender às regiões que não tinham conhecimento sobre o que era saneamento, o que era água tratada.

Para finalizar, gostaria de pedir aos prezados colegas Deputados que atentassem para esse projeto, pois pode ser necessário a um ajuste de contas do próprio Governo do Estado. Mas é um projeto que, não pode servir, não deve ser motivo para o enfraquecimento dessa empresa que é patrimônio do nosso Estado, é patrimônio do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para fazer as nossas observações com relação ao Projeto de Resolução nº 408/99, de autoria do nosso colega, Deputado Alberto Pinto Coelho, a quem admiramos por sua atuação como Líder do Governo e como companheiro. No entanto, entendemos que esse projeto de resolução cria uma responsabilidade para a COPASA-MG e para a COMIG, como já foi dito pelo nosso companheiro Fábio Avelar, que, como ex-Diretor daquela casa, a conhece bem. Portanto, a sua posição nos convence, independentemente de fazermos ou não oposição ao Governo.

Entendemos, também, que não podemos aprovar tudo aquilo que nos é enviado pelo Executivo, porque temos experiência, nesta legislatura, de projetos de responsabilidade, pura e simplesmente, do Executivo. Esta Casa recebeu projetos e participou de sua discussão, embora tais projetos não fossem de sua responsabilidade. Citamos o projeto da Polícia Militar. O Sr. Governador tinha plenos poderes para conceder a anistia. A solução encontrada passava pelo desmembramento do Corpo de Bombeiros. No entanto, a anistia jamais poderia ter sido concedida pela Assembléia Legislativa, quando o Sr. Governador abriu mão da sua prerrogativa de anistiar aqueles policiais. Como disse o Deputado Mauro Lobo, foi enviado para esta Casa o projeto do Instituto Mineiro do Café, cuja criação não tem mais nenhum sentido. Portanto, gostaríamos, para o bem do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que os projetos enviados pelo Executivo fossem mais consistentes e mais duradouros. Aliás, o que estamos vendo é que este Governo diz tudo o que a comunidade quer ouvir, num comportamento populista, mas, com seis meses, já deveríamos ter aqui, com clareza, as propostas para o futuro e para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, para julgá-las e colaborar na busca do rumo e do destino do Estado.

Não é responsabilidade apenas do Governo de Minas o desenvolvimento do Estado. Temos, do outro lado, as entidades de classe, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada como um todo, e, no fundo, esta Casa é um abrigo para toda essa sociedade que também quer se manifestar. Portanto, quando o Governo diz apenas aquilo que o povo quer ouvir - não somente durante a campanha, mas também, como notamos, após sua posse -, ficamos realmente preocupados com o futuro do Estado de Minas Gerais. Precisamos ter políticas públicas transparentes, inteligentes e duradouras. Temos de aprender a enxergar o futuro de maneira mais longínqua e mais distante. Enfim, temos de ter nosso planejamento estratégico, porque o Estado de Minas Gerais até pode ser a segunda economia do País, mas, se compararmos outros índices - inclusive os sociais e até mesmo o de analfabetismo -, veremos que este Estado, no conjunto, é o quarto ou quinto da Federação.

Portanto, há uma preocupação muito grande com o Estado de Minas. O que esperamos do Governo é que assuma a responsabilidade de mandar para esta Casa o planejamento estratégico, como fez o Governo passado, com o PMDI. Evidentemente, essa é uma ação importantíssima para que esta Casa também possa dar sua contribuição, porque Situação e Oposição têm, em princípio, um objetivo só, que é o desenvolvimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida do povo mineiro.

Com relação a esse projeto, temos aqui o parecer da Comissão de Justiça, da qual faço parte. Analisamos o projeto, e, naquela época, não havia nenhum óbice de ordem jurídica ou legal a sua tramitação. Ele, portanto, passou por aquela Comissão e, posteriormente, foi analisado pelas comissões de mérito. Gostaria de chamar a atenção da comunidade, como bem disse o Deputado Fábio Avelar, exatamente para o risco de, em um futuro próximo, estarmos prejudicando duas grandes empresas: a COPASA, que é exemplo até para os outros Estados da Federação, que é auto-suficiente, que independe dos cofres do poder público e que, portanto, tem agora a co-responsabilidade no relacionamento entre a CEMIG e o Governo Federal; e a COMIG, empresa que sabemos sadia, que tem estrutura financeira bastante (...). Isso, evidentemente, poderá trazer consequências, já que o Governo buscou o caminho da resistência, da trincheira, do não-relacionamento com o Governo Federal, é, portanto, um Governo auto-suficiente. E pode haver um grande desgaste de empresas que hoje são sadias e até rentáveis para o próprio Governo - como é o caso da CEMIG, da COPASA e da COMIG. Por isso mesmo, queremos chamar atenção dos senhores parlamentares e da sociedade mineira como um todo, para que tenhamos consciência das implicações desse projeto e nos debruçemos ainda mais sobre seus riscos, nesse final de legislatura. Não queremos fazer uma oposição intransigente, uma oposição pela oposição, mas é nosso dever, sim, chamar atenção para as consequências dos projetos que nos são enviados do Executivo e que são aprovados por Deputados desta Casa, para que não aprovemos um projeto simplesmente por aprovar.

A bancada governista tem uma responsabilidade maior, porque é de sustentação do Governo e, via de consequência, deverá fazer um estudo mais profundo, mais detalhado, e não simplesmente votar porque o Executivo encaminhou um projeto para esta Casa. Mas votar de acordo com a consciência, com o futuro das empresas, com o futuro do Estado de Minas Gerais, e, evidentemente, comprometido com a melhoria da qualidade de vida de todos os mineiros. Portanto, quero dizer que estaremos lutando até o final da votação desse projeto, para que essa troca simplesmente não aconteça da forma como está sendo apresentada aqui pelo Governo do Estado. Acredito que é uma responsabilidade muito grande desta Casa avalizar essa troca de responsabilidade, de aval, porque com isso poderemos estar denegrindo até essas empresas que hoje se fazem presentes e que são orgulho para o povo de Minas Gerais.

Então, encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, pedindo aos Srs. Deputados que leiam, que se conscientizem e que, na hora de dar o seu voto no painel eletrônico, coloquem o voto de forma consciente e de acordo com os interesses do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou com o projeto em mãos e gostaria de lê-lo para V. Exas., inclusive para chamar atenção para um aparente detalhe. Deputado Fábio Avelar, V. Exa., que é muito interessado e entende bem a matéria, preste atenção. Estamos achando que esse projeto fala em substituir o Fundo de Participação do Estado pela COPASA e pela COMIG, mas o projeto não fala isso. Essa é a atenção que precisamos ter, principalmente porque ouvimos dizer que o Governo pretende privatizar 49% das ações da COPASA.

Prestem atenção os senhores: "As garantias por débitos de responsabilidade do Estado de Minas Gerais no contrato de cessão de crédito do saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC -, assinado com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG". Então, está-se falando em um valor que a CEMIG tem direito de receber do Governo Federal, que era da ordem de R\$2.400.000,00. Uma parte foi paga, e o Estado de Minas Gerais tomou emprestado, junto à CEMIG, esse recurso, dando como garantia o Fundo de Participação do Estado.

Trata-se de uma operação já realizada e consagrada. O problema está resolvido. Aqui chamo a atenção dos senhores, porque se diz o seguinte: "Poderão incluir, de acordo com o que dispuser o termo aditivo, receitas próprias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG - e da Companhia de Mineração - COMIG".

Vejam: o que nos dá garantia de que não seria um novo empréstimo que o Governo quer fazer junto à CEMIG, dando, como garantia, a COPASA? Não seria possível algum tipo de operação envolvendo as ações da COPASA, que, depois, seriam dadas como garantia desse novo débito que o Estado teria com a CEMIG? Se não me engano - não sei se as informações estão certas -, o Governo Federal deve ainda R\$900.000.000,00 à CEMIG.

Então pode ser que, na verdade, não estejamos dando uma autorização para substituir o Fundo de Participação do Estado pela COPASA e pela COMIG. Vejam o que diz o projeto: poderão incluir. Acho que não devemos aprovar uma lei com essa condição. A lei tem que ser imperativa: faz ou não faz, autoriza ou não autoriza. "Poderão incluir" é meio complicado.

Diz o art. 2º: "O disposto no art. 1º aplica-se às operações de crédito já autorizadas em lei, com validade até a liquidação de todas as obrigações já assumidas".

"O Poder Executivo", diz o art. 3º, "encaminhará à Comissão de Fiscalização Financeira, para conhecimento, cópia integral dos instrumentos contratuais utilizados para a consecução do disposto nesta resolução".

Não entendo por que tanta pressa em apenas fazer substituição num contrato que já existe e que já está em andamento, que já foi assinado. Se foi bom ou mau não é um problema que tenhamos que resolver. Cabe ao Estado de Minas Gerais e à CEMIG cobrar as responsabilidades de quem as tem. O que não podemos fazer é dar uma autorização que vá colocar em risco a COPASA ou até mesmo possibilitar uma operação que não tínhamos imaginado que pudesse ser realizada.

A COPASA, com seu corpo técnico, com seus funcionários, tem prestado um relevante serviço ao Estado de Minas Gerais, reconhecido por todos. E por que o Governo não quer ouvir os sindicalistas do SINDÁGUA? Por que não quer ouvir os funcionários da CEMIG? Por que não quer ouvir Diretores envolvidos? Por que temos que votar uma lei às cegas?

Gostaria, inclusive, de consultar o Presidente para saber se foi apresentada, em Plenário, alguma emenda a esse Projeto de Lei nº 408/99. Se foi, ele terá que ser devolvido à Comissão.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Vai voltar para a Comissão.

O Deputado Miguel Martini - Vai voltar para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

O Sr. Presidente - Amanhã, apenas amanhã. Não há reunião extraordinária da Comissão. Então ele só será votado amanhã.

O Deputado Miguel Martini* - Só amanhã é que voltará para a Comissão.

Sinto-me na obrigação de advertir os nobres pares desta Casa, inclusive os Deputados do Norte de Minas, que hoje ficaram felizes com a aprovação da construção da usina de Irapé, sobre o fato de que talvez tenham que ir a pé, porque a usina não irá, pois, se a COPASA for dada como garantia, poderá ficar prejudicada essa parceria envolvendo a Companhia. Se a COPASA não renovar a concessão com Belo Horizonte, serão 40% a menos. Imaginem a COPASA sendo dada em garantia para mais 600 milhões. Não sei se o capital da COPASA é mais de um bilhão e pouco, em torno disso, talvez. Como é que vai assumir 20% da construção de uma usina no valor aproximado de R\$400.000.000,00? Seriam R\$80.000.000,00. Como é que ela, debilitada por esse contrato, poderá manter essa situação? É um problema grave. Temos, como representantes do povo mineiro, a responsabilidade de alertar a sociedade para não permitir que isso venha a acontecer. E querem fazer isso a toque de caixa.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para comunicar a V. Exa. que o Deputado Antônio Carlos Andrada, juntamente comigo, protocolou um requerimento com o seguinte teor: (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais, solicitam que V. Exa. designe a comissão especial encarregada de inquirir o Presidente eleito do IPLEMG, conforme determina a Emenda à Constituição nº 26, que deu nova redação ao art. 62, XXIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais."

Esperamos que esse requerimento, Sr. Presidente, seja acolhido, e finalmente esta Casa complete o processo de legalidade da eleição do Presidente do IPLEMG. Tenho levantado esse assunto por meio de questão de ordem, por diversas oportunidades, e ainda não obtive a resposta, que é a convocação. Por isso estamos encaminhando esse requerimento.

Acredito que o Projeto de Resolução nº 408, ao voltar à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, deverá ser emendado, mas, de qualquer forma, estaremos entrincheirados para impedir que esse absurdo seja cometido. Se esse projeto for aprovado, será determinada a extinção da COPASA. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, quero ratificar as palavras do Deputado Miguel Martini quanto à sua colocação relativa ao projeto de resolução. Antes, porém, queria fazer um alerta relativamente à tramitação e ao conteúdo desse projeto de resolução. Primeiro, esse projeto de resolução trata de garantias que estão sendo dadas para um empréstimo que o Estado fez com a CEMIG. Aos autos e à análise feita pela Casa e pelas comissões não foi juntada a lei, e a Constituição do Estado exige que haja uma lei para autorizar essas operações de crédito. O art. 61, IV, da Constituição determina que haja uma lei autorizativa.

Aqui não se citou a lei. Não se conhece a lei. Não se sabe que lei é essa. Nem o projeto de resolução faz referência a essa lei, dessa dita operação que teria ocorrido. Em seguida, a Constituição determina que as garantias, sim, elas podem ser aprovadas por resolução da Casa. O art. 62, inciso 32, da Constituição Estadual diz isto: uma resolução pode tratar da questão das garantias. Ora, não conhecemos a lei que autorizou. Não está aqui, tentei procurar, não achei. Não a vi, não conheço os termos do contrato firmado entre o Estado e a CEMIG. Não está aqui. Ninguém viu, não foi apresentado, ninguém comentou, e agora aparece um projeto de resolução, que, segundo a versão corrente nesta Casa, tratava-se de uma substituição - que o Fundo de Participação do Estado já estaria sendo bloqueado pelo Governo Federal para garantir outras dívidas e que era preciso substituir o Fundo de Participação pela COPASA e pela COMIG, nesse dito contrato que não apareceu aqui e que ninguém conhece. Pois bem. O que está estranho em tudo isso é que o projeto de resolução, na verdade, não fala em substituição de nada, como disse aqui o Deputado Miguel Martini. Aqui se diz o seguinte: as garantias do contrato entre o Estado e a CEMIG poderão incluir, de acordo com o que dispuser o termo aditivo, receitas próprias da COPASA e da COMIG. Poderão incluir - não está substituindo nada. Está aumentando as garantias.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Onde está esse termo aditivo, V. Exa. achou?

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Não conheço a lei que autorizou, não achei a lei, não achei o contrato e muito menos o termo aditivo. Não há nada aqui, só o que disseram, disseram e disseram. Ninguém mostrou documento nenhum.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - E a resolução diz: "Poderão". E se não incluir? E por que vai incluir? Qual o termo aditivo?

Será que não poderíamos aproveitar o Plenário e apresentar essa emenda, dizendo que todo contrato deve passar por uma prévia autorização da Assembléia Legislativa? Aí teríamos esse termo aditivo, e vamos ver se aprovamos ou não. Se é de fato o que estão dizendo ou é outra coisa.

Claro, dentro dessa linha que V. Exa. está colocando, quero alertar para o seguinte: como está tramitando aqui algo que tem como base legal, ou que deveria ter, uma lei autorizativa, um contrato firmado, e estamos alterando aqui - se isso for aprovado - cláusulas desse contrato com questões de garantias e como ninguém conhece essa lei, as condições desse empréstimo, como são essas garantias, em decorrência de quê, prazo, forma, não se conhece nada, corre-se o risco de estarmos aqui autorizando a inclusão de novas garantias e não ter a lei, ou, de repente, os termos da lei não permitirem isso. Não se sabe. Isso poderá amanhã ser alvo de questionamentos judiciais, até por parte de setores da COPASA, como seus funcionários, parlamentares ou pessoas que estão assustadas com o futuro da companhia.

Só quero apenas dizer que o projeto de resolução é algo solto. Não tem base nenhuma, não tem dado nenhum aqui. Nada informa. Não se conhece a lei que autorizou na origem a operação do Estado com a CEMIG, não estão aqui juntados os termos do contrato que foram firmados em decorrência da lei. Então, podemos supor - como aqui está tudo em suposição -, que a dívida é de R\$600.000.000,00, ou R\$900.000.000,00, mas ninguém sabe que dívida é essa. Não está aqui. Nós estaríamos autorizando o Governo a colocar a COPASA como garantia de que dívida, de que valor? Não há nada explicado aqui.

Poderemos, de repente, estar colocando a COPASA como garantia de um contrato razoável, mas poderemos também estar autorizando jogar a COPASA num grande embrulho, numa grande confusão.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Caro Deputado, essa discussão é muito importante. Nos últimos Governos nada disso foi transparente. O senhor tem razão, Deputado Miguel Martini. Devemos discutir mesmo. Estava ali com o nosso Presidente, o Deputado Anderson Aduato, e ele se compromete conosco a ter uma discussão ampla para que esse processo seja o mais transparente possível.

Das últimas negociações que envolveram a CEMIG e a COPASA, realmente ninguém teve e nem terá conhecimento.

O Governador Itamar Franco faz questão de dar conhecimento. O nosso Presidente está se comprometendo a trazer isso para uma discussão ampla, assim que passar essa primeira fase, porque ele faz questão de que a Assembléia Legislativa tenha uma participação de transparência nesse processo. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção do nobre Deputado Antônio Júlio. Quero aproveitar as suas palavras, como Corregedor da Casa...

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Quando o assunto foi levantado por V. Exa. da tribuna, com a colocação do Deputado Miguel Martini, o Deputado Antônio Júlio estava próximo, e comentamos exatamente o esforço que o PT e o PMDB fizeram aqui, na Assembléia, no sentido de conhecer com detalhes. Quando damos uma autorização dessas, estamos falando de alguns milhões de reais, que comprometem sempre o Estado não por 4 anos, mas por 20 anos. E muitas vezes a Casa não tem um processo de acompanhamento das autorizações legislativas que são concedidas ao Executivo. É fundamental isso. Quero parabenizar os dois. O Deputado Miguel Martini exerceu uma influência muito grande, porque, durante algum tempo, foi Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira. Cheguei a afirmar numa das reuniões que, no meu entendimento, essa Comissão não estava preparada para exercer sua missão principal, que é fiscalizar o Executivo.

Hoje, o quadro mudou. O Governo é do PMDB, a Presidência da Assembléia é do PMDB, e, na condição de Presidente deste Poder, faço questão absoluta de que, se quiserem, a partir de hoje, criaremos uma comissão de Deputados para propor e fazer o necessário: uma emenda à Constituição ou um projeto de resolução. Mas é fundamental que haja um acompanhamento, após a autorização de um endividamento, de todos os passos que foram dados pelo Executivo, dentro do que foi autorizado pelo Poder Legislativo. Faço questão absoluta de que, no meu mandato como Presidente, o Poder perceba quanto isso é importante. No sistema capitalista, a parte de recursos é muito importante. E entre as prerrogativas do Poder está a de exercer influência de fato. A partir do momento em que se toma uma decisão política, se se deve ou não conceder uma autorização para empréstimo ou substituição, que é o nosso caso, é fundamental que, após a autorização, haja o acompanhamento.

Os Deputados têm o que eu não tive na administração passada, porque eu tentei isso que os senhores querem. É o primeiro projeto de empréstimo que o Governador atual está encaminhando. Estou percebendo que o projeto vai ser aprovado. Mas faço questão absoluta de não me comportar como a base de sustentação do Governo anterior se comportou com relação a esse pleito, que é de fiscalizar os próximos passos. Isso é fundamental; essa proposta dos senhores é extremamente séria. Ela conta com todo o apoio e respaldo da Presidência deste Poder. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Vou conceder aparte. Apenas quero comentar a palavra do Deputado Antônio Júlio e do Presidente. Em seguida, concederei aparte.

Veja bem. Não estive aqui no mandato passado, porque não era Deputado, mas senti, pela palavra dos ilustres representantes do Governo nesta Casa, que estiveram aqui, que são Deputados experientes, que há realmente vontade de deixar a coisa toda transparente. Apelo aos dois, neste momento, para que essa questão específica tramite com um mínimo de transparência. Senão, o mesmo erro cometido, em tese, pela colocação dos senhores, nos mandatos passados, estará ocorrendo agora. Se esta Casa votar esse projeto de resolução, estará votando sem conhecer a lei que autorizou a operação e sem conhecer o teor do contrato. Ao incluirmos a COPASA-MG e a COMIG como garantidoras, como não conhecemos a lei autorizativa e o contrato, poderemos estar apenas reforçando as garantias e autorizando, de antemão, que o Governo tome mais dinheiro emprestado da CEMIG, sem o nosso conhecimento. Existem muitas hipóteses. De acordo com essa transparência tão defendida pelos senhores e de acordo com o consenso desta Casa, gostaríamos que esse projeto fosse retirado e assim permanecesse até que essas questões fossem esclarecidas. Senão, estaremos votando e cometendo o mesmo erro que foi cometido nos Governos anteriores, segundo o que foi exposto aqui. Penso que, se votarmos do jeito que está, estaremos votando no escuro, porque não sabemos o que estamos votando. Essa é a verdade. Do jeito que está, não devemos votar, nem com as emendas que foram apresentadas, nem com as emendas do Deputado Fábio Avelar, as quais ele pode rever. As emendas são assuntos que não deveriam ser expostos. Talvez, a emenda sirva para retirar a COPASA-MG da história, mas, como uma operação que está dando um cheque em branco para o Governo, ela não deveria existir. A emenda do senhor deveria apenas retirar a COPASA-MG, porque, ao substituí-la, estaríamos dando condições ao Estado de aumentar o seu endividamento junto à CEMIG, com outras garantias, porque não conhecemos o teor do contrato que deu origem a essa operação nem o da lei autorizativa, que não está aqui. As decisões das comissões, fazendo apenas uma constatação, em casos tão específicos, deveriam ser mais rigorosas. Talvez, haja tentativas. Não gostaria de denominar nada. Pode ter havido tentativas, em nível de comissão, que não tenham sido aprovadas ou encaminhadas, mas a Comissão como um todo deveria se ater, de maneira mais dura e mais decidida, à origem desse fatos financeiros.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Muito obrigado pelo aparte. Tivemos duas tentativas, tanto na Comissão quanto em Plenário, para saber se queriam aprovar esse projeto a toque de caixa. Com a palavra do Presidente de que não fará mais isso, ficamos mais tranquilos, porque, na Comissão, os requerimentos para audiência e para debate foram derrotados, e um deles foi derrotado quando se pensava que estava acordado. Pensei que estivesse aprovado quando sai, porque o Deputado Márcio Cunha, que tinha feito um discurso em defesa da COPASA-MG, votou contra ela. Gostaria de aproveitar, Sr. Presidente, para elogiar a postura de V. Exa., a qual não esperava que fosse diferente, e dizer que, mais uma vez, estamos em um momento bom de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que amplia a autonomia e o poder fiscalizador da Assembléia Legislativa. Segundo, estamos em um momento em que o então Presidente, Deputado Anderson Aduato, sentiu, na própria pele, e nós sentimos também a falta e a deficiência deste Poder. Isso não é para denegrir o Poder, pelo contrário, é para reconhecer que ele precisa aprimorar a sua competência e a sua capacidade fiscalizadora. Ainda não temos os mecanismos ideais. Aproveitando a fala de V. Exa., quem sabe se faria um projeto de resolução, porque tem de ser um projeto da Mesa, criando uma comissão que realmente exercesse uma eficiente e eficaz fiscalização do Poder Executivo? Sabemos que, hoje, contamos com o Tribunal de Contas, mas o processo que existe lá é quase ineficiente para nós. Lembro-me que, quando V. Exa. era membro de uma CPI da qual eu era Presidente, pedimos um documento, ou seja, um parecer ao Tribunal de Contas, sobre o IPSEMG, e, depois de quatro ou cinco meses, ele veio, mas não nos termos que pretendíamos. Este é o momento para fortalecermos a democracia, fortalecendo este Poder. Aproveito esta oportunidade para dizer que este Deputado apresentou 23 emendas à LDO; 15 foram aprovadas, e, das 8 que sobraram, talvez aceitássemos discutir depois umas 3 ou 4. Nessas 8, há mecanismos e instrumentos para que este Poder Legislativo exerça de fato sua competência fiscalizadora do Poder Executivo. Daí por que pediria a V. Exa., considerando sua liderança dentro do partido - não pelo fato de ser o Presidente, mas, sim, por sua capacidade natural -, que convencesse os outros parlamentares a fim de que pudéssemos aprovar alguma dessas emendas rejeitadas pelo

relator. Este, ontem, no debate, parecia concordar com muitas delas, mas preferiu manter sua idéia. Quer dizer, para manter um determinado acordo, mesmo concordando com nossas idéias de modificação, o relator não as aceitou, e fomos derrotados naquela Comissão. Aproveitamos este momento para registrar que ficamos satisfeitos com o fato de o Presidente ter assumido o compromisso de que esse projeto não será votado a toque de caixa, de que teremos realmente uma explanação sobre essa realidade e de que essa Comissão constituída irá exercer seu papel fiscalizador. Assim, vamos parar de, nesta Casa, dar cheques em branco para o Executivo, pois temos a responsabilidade e a obrigação de fazer esse controle. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a contribuição de V. Exa. O Presidente quer fazer uso da palavra.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adatao) - Gostaria de dizer ao Deputado Miguel Martini que não entrei na questão do processo da votação desse projeto. A Presidência colocou, de forma muito clara, que, havendo a autorização para a substituição e qualquer outra solicitação de empréstimo que a Casa venha a autorizar, é fundamental que haja os mecanismos de controle dos atos do Executivo a partir dessa autorização. As minhas colocações se iniciam exatamente para que o Poder possa se posicionar efetivamente como Poder, após a decisão do Plenário de conceder ou não a autorização.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Senhores, vejo, então, concluindo minhas palavras, que estamos votando um projeto, sem saber o que representa. Não conhecemos a lei que autorizou o empréstimo nem as condições e as amplitudes dela. O contrato firmado entre o Estado e a CEMIG não está aqui, e não conhecemos seus termos. Assim, votarmos qualquer autorização de inclusão ou substituição de garantias é temerário, pois não sabemos como isso irá ser usado. Mais temerário ainda é embarcar a COPASA nessa aventura. Esse grande patrimônio do povo mineiro está sendo colocado, juntamente com a COMIG, em uma aventura, pois não sabemos o que ocorrerá se votarmos esse projeto sem conhecer seus dados básicos. Estamos colocando essas duas instituições mineiras, importantes, dentro de um quadro de desconhecimento.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, estava lá em cima, mas atento às suas palavras e estranhei um dado que V. Exa. parece não conhecer: a autorização da Assembléia Legislativa no contrato. Realmente não houve essa autorização, e esse é um dos problemas. O Governo Eduardo Azeredo fez o contrato sem a autorização legislativa. Isso é incrível, mas ocorreu. Portanto, está errado. Deveria haver a autorização legislativa, mas o Governo que V. Exa. tanto protege preferiu desconhecer a Assembléia Legislativa e fazer o contrato. Portanto, é importante que V. Exa. tome conhecimento desse dado, pois um dos motivos da necessidade de se ter um avalista é a falta da autorização legislativa. Por isso, o contrato foi feito com o Fundo de Participação do Estado, o que é outra irregularidade. Portanto, esse contrato está completamente irregular, apesar de o acordo feito estar sendo pago com o dinheiro das ações do Governo na CEMIG. Mas, de fato, ele foi feito sem autorização legislativa, porque o Governo não o enviou para a Assembléia, que, na época, nada reclamou do Governo, talvez por desconhecimento. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Veja bem, V. Exa. traz uma contribuição muito importante para o debate, além de seu testemunho. Se o Governo anterior fez essa operação sem lei autorizativa, a sua nulidade pode ser argüida a qualquer momento. A Constituição é muito clara ao estabelecer que há a necessidade de uma lei para qualquer operação de crédito do Estado. Eu não tinha conhecimento desse fato, mas não é possível que o atual Governo, tendo conhecimento dele, irá incorrer no mesmo erro, querendo alterar um contrato todo irregular. Ele estará apenas ratificando a irregularidade e contribuindo para aumentá-la.

Além de ter as garantias atuais de um contrato irregular, o atual Governo de Minas quer jogar, nesse contrato irregular, a COPASA e a COMIG, aumentando o embrulho, aumentando a irregularidade.

Diante disso, Sr. Presidente, o caminho certo - e quero fazer um levantamento jurídico - seria o seguinte: a atual legislatura deveria votar uma lei, autorizando o empréstimo, convalidando a operação, para, em seguida, votar essa resolução, que é um acessório, pois a resolução complementa a lei. Não houve lei. Então, essa resolução já é morta. Estudarei com a minha assessoria a possibilidade, levando, em primeiro lugar, à consideração do meu partido, de argüir, se isso for aprovado por esta Casa, a constitucionalidade dessa resolução. Ela não pode trocar ou aumentar garantias de algo que é irregular e que não existe.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - O problema é que o Governo Azeredo já gastou o dinheiro do empréstimo. Então, o senhor pode argüir a constitucionalidade e, talvez consiga cobrar do ex-Governador Azeredo e de seus Secretários, que, naquela ocasião, fizeram toda essa confusão.

No entanto, se o atual Governo não arcar com esse pagamento, corre o risco de quebrar a CEMIG, encalacrando todo o Estado, porque o dinheiro já foi gasto. Então, o Governo fez uma confusão. O que estamos tentando fazer é conseguir alguma coisa com autorização legislativa, a fim de que o contrato tenha validade.

Em virtude da nossa preocupação com a COPASA, estamos apresentando essa emenda, que já foi relatada aqui. Conforme essa emenda, mesmo sendo a COPASA e a COMIG avalistas, o Tesouro seria o responsável para cobrir qualquer prejuízo causado a essas empresas. Isso é importante, porque irá garantir que o Governo não utilizará isso, simplesmente para que o dinheiro saia da COPASA. Isso de pouco adiantaria, pois ele teria, por lei, de cobrir com o dinheiro do caixa. Acho que essa é uma preocupação justa. Portanto, espero que V. Exa., tendo essa preocupação, vote conosco. É preciso verificar as consequências das medidas jurídicas. Talvez até assinaria com V. Exa. alguma medida jurídica, principalmente para incriminar o Governo, que tinha a obrigação de mandar um processo autorizativo para esta Casa e não o fez. Estudarei com V. Exa., para que, juntos, possamos entrar contra o Governo Azeredo, por mais esse ato cometido contra o Poder Legislativo, contra as empresas, especialmente contra a CEMIG.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Erro mantido pelo atual Governo, que ainda quer aumentá-lo, incluindo, na irregularidade, a COPASA e a COMIG. O ex-Governador Eduardo Azeredo pode ter cometido uma falha, mas o atual Governo, que venceu as eleições com a promessa de consertar tudo, está simplesmente mantendo a situação em vez de consertá-la. Teria de ter enviado um projeto de lei, pedindo para convalidar, regularizar, estabelecer as condições, e, em seguida, se for o caso, de maneira transparente, propor a inclusão da COPASA nesse processo.

Se o Estado está pagando em dia, irregularmente, para que colocar a COPASA como garantia? Só as pessoas muito ingênuas é que acreditarão que o Estado continuará a pagar. Após a aprovação disso e tendo a COPASA como garantidora desse empréstimo, é óbvio que a conta ficará para a COPASA pagar. Então, essa lei, estabelecendo que o Estado deve cobrir qualquer prejuízo causado à COPASA e à COMIG, será letra morta. Sabemos muito bem que leis obrigando setores e órgãos do Governo a se compensarem não são obedecidas, isso nunca ocorre. Então, esse crédito ficará durante a vida inteira na COPASA, que o cobrará do Estado. Este, por sua vez, levantará créditos passados da COPASA, a fim de fazer o encontro de contas no futuro. É sempre assim. Infelizmente, o Estado funciona dessa maneira. O Estado, como está precisando de recursos, usa a COPASA para sugar dinheiro, a fim de arrancar mais dinheiro da CEMIG. É isso o que está acontecendo. Está repetindo o mesmo erro do Governo passado, porque está querendo tirar mais dinheiro da CEMIG, reforçando as garantias, sem que haja uma lei para fazer tal medida. O erro é igual. Vamos fazer a ação conjuntamente, colocando a responsabilidade sobre o Governo passado e o atual, que não mudou nada no comportamento com relação ao anterior.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, vou permanecer no debate, porque não está claro. O Estado deve à União, via CEMIG, por um contrato feito sem autorização legislativa.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - O Estado deve à CEMIG.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - O contrato é entre a União, a CEMIG e o Estado...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não, não é.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Essa foi a triangulação feita. É evidente. Um contrato com a União, é claro. O Estado não deve simplesmente à CEMIG...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não. Se o nobre Deputado me permite entrar no debate, a União deve à CEMIG - ou seja, a CEMIG tem crédito junto à União. O Estado tomou emprestados da CEMIG os recursos. E a CEMIG deve ao Estado os R\$600.000.000,00 que foram tomados...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Não, não é a CEMIG que deve ao Estado. Ela deve à União.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - A CEMIG deve ao Estado...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - A CEMIG não deve ao Estado. Na cotização da CEMIG, o lucro que ela tem está servindo para cumprir esse acordo com a União. A cota da CEMIG é para cumprir o acordo com a União. É daí que tem saído...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não; V. Exa. está equivocada.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - O Estado deu o Fundo de Participação do Estado como garantia, mas tem pago, com a cota, o lucro da ação da CEMIG, esse valor. Então, é uma dívida de cerca de R\$900.000.000,00, em 140 parcelas, se não me engano.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Se assim fosse, certamente o Governador Itamar Franco estaria morrendo de rir. Porque, se o Estado deu em garantia o FPE, que já está sendo retido pela União, por que trocaria? Ai, seria mesmo falta de inteligência do Governador. Ora, se ele deu em garantia o Fundo de Participação, que está sendo retido, por que tiraria e daria outra coisa para o Governo Federal? Então, acho que esse raciocínio de V. Exa. não está correto, a menos que a informação que me foi dada seja equivocada.

É por isso que queríamos fazer o debate. Veja bem: sou da Comissão, onde debatemos essa questão, e achava que havia entendido. Agora V. Exa. está levantando outra questão, e percebo que, então, não entendi nada. Então, temos de trazer aqui as autoridades para nos explicarem isso; não podemos ficar imaginando. Em minha lógica, pelo que me foi colocado, o Estado de Minas Gerais deve um valor à CEMIG e deu a esta como garantia, o Fundo de Participação do Estado. Como a União está retendo todo o FPE do Estado, a CEMIG ficou a descoberto. Daí por que teria lógica - se bem que não esteja acreditando muito nisso - a CEMIG estar pedindo ao Estado que dê outra garantia, para que possa receber, porque há um débito na contabilidade da CEMIG: o FPE não entra, não existe mais, porque está retido - e o será pelo tempo que for -, e qual a garantia que lhe fica? O Estado não paga à CEMIG, e, aí, há esse buraco. Daí, a garantia da COPASA. Mas, na hora em que se der a COPASA, ela será absorvida, sumirá - esse é o risco que estamos querendo evitar. Isso, se nossa suspeita estiver errada. Porque, se estiver certa, o que vai acontecer é que se poderá estar tramando mais um empréstimo do Estado junto à CEMIG. Porque esse termo aí está meio maroto...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Está incluindo...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Poderá incluir. Não está falando em substituir, mas diz "poderá incluir". E há um termo aditivo que não sabemos qual é. Então, V. Exa. só vem trazer ainda mais dúvidas às que já tínhamos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Só para terminar. Na verdade, esse raciocínio é impossível. Posso estar equivocada, mas vamos continuar esse debate, e temos tempo para isso, inclusive na Comissão. Mas a cota da CEMIG, as ações da CEMIG têm servido, até hoje, para quitar essa dívida de R\$900.000.000,00, que já foram emprestados ao Governo, com garantia do Fundo de Participação do Estado. Como esse Fundo não pode ser dado em garantia - inclusive, isso foi feito ilegalmente, sem a autorização da Assembléia Legislativa -, o que o Estado está pretendendo é colocar como avalistas também a COPASA e a COMIG. Evidentemente, se o Estado não puder cumprir esse acordo, existe o risco de que o dinheiro da COPASA vá direto para o pagamento dessa dívida.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Avalista é para isso...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Daí porque a apresentação da emenda que faz com que o Tesouro do Estado garanta à COPASA e à COMIG que não haja prejuízos: exatamente para que o dinheiro da COPASA não vá para isso. Começamos a "costurar" esse acordo, com o qual concorda o próprio Governo, e, portanto, fica a garantia de que ele não está usando o avalista apenas no sentido de esvaziar o Tesouro, por meio da COPASA. O próprio Governo aceita isso como condição para aprovação do projeto, o que nos dá essa tranquilidade. Mas é necessário que seja regularizada essa situação. O Estado não pode continuar na condição ilegal em que esteve até hoje, e sem conhecimento da Assembléia Legislativa, que só ficou sabendo da situação aqui, com este debate. Estaremos legalizando neste Governo o que o outro não fez. V. Exa. há de convir comigo que foi feito dessa forma - V. Exa. cobrou isso - sem que autorização legislativa tivesse existido, sem que esse debate tivesse existido, então, simplesmente, esses R\$900.000.000,00 foram feitos sem que ninguém tivesse conhecimento, à época, a não ser, talvez, o Sr. João Heraldo e o Sr. Eduardo Azeredo.

Veja bem, não sei se são R\$900.000.000,00 ou R\$1.000.000.000,00, não há nada aqui no contrato, não vi nada aqui. Estou ouvindo um ou outro falar. É disso que estou reclamando. Não tenho documento, não tenho dados, não tive informação nenhuma. Nenhuma autoridade veio nos dar essa informação. Estou sabendo por terceiros. V. Exa. tem toda credibilidade, como integrante do Governo que é, e nos dá essas informações, mas, em termos documentais, esses dados não estão registrados aqui, e essa é uma das razões por eu estar aqui reclamando da tramitação.

Com relação ao empréstimo, a origem dele pode ter sido, pela ausência de lei, ilegal. O atual Governo está mantendo essa ilegalidade, não tomou providência para legalizar a situação, e esta Casa - o que é mais grave -, ao votar essa resolução está colaborando com a ilegalidade. Está autorizando a inclusão de garantias num contrato ilegal. Isso é que é grave. Esta Assembléia, tomando conhecimento da ilegalidade, está colaborando com ela e autorizando o atual Governo a aumentar a ilegalidade, porque está aumentando as garantias de um contrato ilegal. Se o Governo está, rigorosamente, em dia, e se a CEMIG é uma companhia que pertence ao Estado, para que colocar a COPASA como garantidora de um empréstimo entre órgãos do poder público, do Estado para a CEMIG? Para que colocar a COPASA? Está óbvio que é para utilizar o seu dinheiro para pagamentos em nome do Estado. E essa garantia, desculpe-me, de que no futuro o Estado vai devolver para a COPASA é uma grande conversa fiada, uma falácia. Se o Estado não está conseguindo pagar nem o 13º salário dos funcionários, vai pagar R\$600.000.000,00 para a CEMIG? Nunca. Vai, no meu entendimento, reforçar as garantias junto à CEMIG, para tomar mais dinheiro dela e comprometer a COPASA, porque o valor assumido, daqui para a frente, quem vai ter de bancar é a COPASA.

Ainda digo mais: a COPASA está sofrendo - e o Deputado Fábio Avelar abordou isso muito bem - um processo de negociação com a Prefeitura de Belo Horizonte. A Região Metropolitana de Belo Horizonte - a região toda - representa mais de 60%, talvez, da receita da COPASA em termos de volume. Mas, se o contrato da Prefeitura com a COPASA não for renovado, a COPASA vai passar por dificuldades financeiras. E, além dessas dificuldades financeiras, ainda vai ter de carregar o Estado nas costas, no pagamento de dívidas junto à CEMIG.

Penso que estamos votando no escuro. Esse que é o medo. Estamos votando sem conhecer o assunto. Estamos colaborando com questões que foram encaminhadas de maneira errada. Não estamos legalizando nada, estamos aumentando a confusão, estamos jogando a COPASA e a COMIG nessa confusão. Concedo aparte ao Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte) - Deputado, acredito que, para esclarecer o Deputado Rogério Correia, seria bom que lesse o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Resolução nº 408/99, da Comissão de Fiscalização Financeira. Nesse documento está muito claro que a CEMIG é credora tanto do Estado quanto da União. Então, essa operação não tem nada a ver com a União. Apenas a título de informação - está muito claro aqui -, como a União não havia liberado aumento de tarifa, a CEMIG conseguiu ser reconhecida pelo próprio Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE -, agora foi substituído pela agência, que reconheceu esse seu crédito.

Por outro lado, na conclusão, lendo o relatório, está aqui: "É importante salientar que, na eventual ocorrência de inadimplemento financeiro por parte do Estado no pagamento das prestações acordadas, as receitas da COMIG e da COPASA poderão ser retidas em favor da CEMIG, caso venham a ter o tratamento contratual previsto para as quotas partes do fundo de participação do Estado." Ou seja, está muito claro. Ou o Estado não quer pagar, ou acho que é uma forma de conseguir tirar dinheiro da COPASA. Simplesmente ele deixa de pagar, a COPASA vai lá e paga a CEMIG. É essa a nossa preocupação.

Gostaria de dizer também que esse relatório teve dois votos contrários - o meu e o do Deputado Miguel Martini. Favoráveis foram: Olinto Godinho, Maria Tereza Lara, Márcio Cunha, Eduardo Hermeto e Rômulo Aloise. Isso é que foi aprovado até agora. A discussão está ocorrendo neste momento. Não há nenhuma garantia de que a COPASA não venha a ser significativamente prejudicada nesse processo. Ela não tem nada a ver com isso, mas paga assim mesmo. Caberá a ela assumir uma obrigação que, em última análise, indiscutivelmente é do Estado. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Só queria, dentro desse raciocínio do Deputado Mauro Lobo, dizer até da importância de se ter um sócio estratégico na CEMIG. Com certeza, a manobra seria feita por ali mesmo se ela fosse apenas uma empresa pública. Estão querendo transferir essa responsabilidade. É evidente que o sócio estratégico, hoje, quer as contas

em dia, organizadas, regularizadas e tentam, com esse projeto, transferir a responsabilidade para duas empresas que não têm sócio estratégico, que são puramente estatais, que é a COPASA e a COMIG. Queria reforçar que, na verdade, é uma transferência de responsabilidade da CEMIG, que tem um crédito com a União, em que o Estado é co-responsabilizado através do FPE e, na verdade, ela quer o dela - quer sua contabilidade em dia pela presença do sócio estratégico. Com isso, vamos aprovar exatamente que se regularize essa situação junto à CEMIG, mas que fiquem co-responsabilizadas a COPASA e a COMIG. Portanto, Deputado Rogério Correia, acho que não há mais dúvidas. Acho que essa é a lógica desse projeto que o Governo quer aprovar nesta Casa.

Eu conversava com o Deputado Antônio Júlio sobre a conveniência. Questionamos muito essa manobra, essa conveniência, sabemos das dificuldades financeiras pelas quais passa o Estado, porém o que está em jogo são duas empresas, COMIG e COPASA. Elas vão suportar, é justo que permaneçam com essa dívida que possivelmente vão absorver do Governo do Estado, mas como ficará o abastecimento de água e o saneamento básico das comunidades, sobretudo das comunidades mais pobres? São questões relevantes para a comunidade mineira e que têm que ser discutidas, debatidas e aprofundadas nesta Casa.

Acho que estamos cumprindo com nosso papel enquanto Oposição, de não votar à revelia, votar simplesmente porque o projeto veio do Governo, mas procurando saber, com detalhes, o que estamos votando. Está de parabéns a Oposição desta Casa, tornando as coisas transparentes para os Deputados e para toda a comunidade mineira.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a contribuição que V. Exa. trouxe para o debate, dentro de um enfoque interessante. Se a CEMIG fosse apenas uma estatal, talvez a preocupação do Governo do Estado em aumentar as garantias do empréstimo não fosse tamanha como agora. Com certeza, esse projeto de resolução, reforçando as garantias de um empréstimo feito pelo Estado junto à CEMIG, é para atender os sócios estratégicos, que são aquele quinhão particular e privado que existe dentro da CEMIG. O Governo do Estado, o atual grupo político que detém o poder em Minas, que tanto criticou aquela venda de ações para terceiros, para aquele grupo privado denominado de sócios estratégicos, hoje se vê na contingência de fazer uma violência jurídica de reforçar garantias para poder satisfazer esses mesmos sócios que, com certeza, devem estar apertando o Governo e ameaçando, inclusive, não aprovar alguma coisa interna da CEMIG, que seja de interesse do próprio Governo.

Então, o Governo, para conseguir um bom diálogo, um bom entendimento na CEMIG com o sócio estratégico, está enfiando "goela abaixo" dos mineiros essa situação de pendurar a COPASA e a COMIG nessa situação esdrúxula de garantidoras de um empréstimo que em tese é ilegal e irregular. E no escuro, porque não se conhece termo nenhum, garantia nenhuma ou nenhuma das condições do que se está votando aqui. Tudo é o que disseram, o que falaram, e não se mostrou nenhum documento. Quando os papéis não aparecem e as coisas não são muito transparentes, dá para desconfiar e ficar com "um pé atrás", como estou agora.

Por isso, ratifico a minha posição. Vou levar a questão para o nosso grupo de Oposição, para o nosso Partido, para a proposição de uma ação judicial com relação à proteção da COPASA e da COMIG. Esta resolução não pode existir, porque está dando garantias e aumentando as garantias de um contrato irregular que não foi autorizado por lei. Se não houve a lei, que é o principal, a resolução que é o acessório não pode existir. Esse é o nosso entendimento e a nossa posição. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a compreensão do nosso relator, pelo tempo pedido e para esclarecimento maior do que estamos votando, porque há muitos símbolos e expressões técnicas que temos de conferir.

Quero relatar para os companheiros Deputados o alcance desse projeto. Para se ter uma noção, hoje Minas Gerais está buscando aglomerados e compensados numa distância até de 600km dos pólos de produção de móveis, que hoje estão bem identificados no Triângulo Mineiro e na Zona da Mata.

Portanto, as indústrias que estão presentes em Minas Gerais, produzindo esse tipo de matéria-prima, com o ICMS interno de 18%, e para transferir do Estado de São Paulo para Minas Gerais, o imposto interestadual é de 12% ... Uma diferença de 6% nesse produto viabiliza o transporte, e, portanto, estamos perdendo competitividade, principalmente das indústrias paulistas, que têm, na verdade, um ICMS diferenciado.

Quero louvar a iniciativa do Deputado Dalmo Ribeiro por essa iniciativa e também o relatório do relator, que será de grande alcance, aumentando a produção do nosso Estado, inclusive o número de empregos. Quero pedir aos Deputados que votem favoravelmente ao relatório apresentado neste momento.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, estamos percebendo que a equipe do Governo começa a tomar consciência de determinadas falhas que hoje estão sendo cometidas.

Quero ressaltar aqui um outro projeto, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro, que fala da redução do ICMS, para os viticultores, de 30% para 18%. É o mesmo problema que está acontecendo no Sul de Minas e o Estado está perdendo não só os produtores de vinho, mas também está perdendo dinheiro, porque poderia estar arrecadando mais.

Quero aproveitar para chamar a atenção dos órgãos do Governo também, no sentido de que aprovamos na legislatura passada a redução do ICMS, de 25% para 18% dos produtos de cabelereiros e toucador, com o mesmo argumento: em São Paulo, ele é comprado com crédito de 12% do ICMS, entra em Minas e tem que pagar 25%. É uma diferença de 13%. O atravessador, aquele que não retira a nota, que vai a São Paulo, compra esse produto com 12% e vende para os barbeiros e cabelereiros sem retirar nota, concorre com as empresas instaladas aqui, com uma diferença de 13% no preço do produto.

A nossa proposta, que foi aprovada aqui, mas que houve um erro na redação final, foi para o Governador, que a sancionou. Aí, o proposto teve que ser feito através de um decreto. Então, foi reduzido de 25% para 18%, por decreto. Acontece que, tão logo assumiu o Governo Itamar Franco, a equipe da Secretaria da Fazenda revogou esse decreto. Novamente, voltam a pagar os 25%; novamente, o Estado de Minas Gerais volta a perder imposto, perde pela elisão fiscal e, principalmente, empresas que iam se instalar em Minas Gerais vão se instalar em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Então, quando vem um projeto como esse, percebemos que a equipe do Governo viu que não dá para matar as galinhas de ovos de ouro, que ter um imposto alto não significa arrecadar mais. Significa que é um grande motivo para que a receita do Estado caia, porque, nos outros Estados limítrofes com Minas Gerais, os impostos são bem mais baixos. É o caso da madeira.

Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Quem sabe o Governo não possa rever e reduzir esses produtos também de 25% para 18%.